



UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
ÁREA DO CONHECIMENTO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
MESTRADO EM FILOSOFIA

LÉO SPAGNOLO

A VISÃO UTILITARISTA DE JOHN STUART MILL SOBRE A FELICIDADE

Caxias do Sul
Ano 2019

LÉO SPAGNOLO

A VISÃO UTILITARISTA DE JOHN STUART MILL SOBRE A FELICIDADE

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Filosofia, linha de pesquisa em Conceitos Fundamentais de Ética pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade de Caxias do Sul.

Orientador: Prof. Dr. João Carlos Brum
Torres

Caxias do Sul

Ano 2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
Sistema de Bibliotecas UCS - Processamento Técnico

S733v Spagnolo, Léo
A visão utilitarista de John Stuart Mill sobre a felicidade / Léo
Spagnolo. – 2019.
80 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa
de Pós-Graduação em Filosofia, 2019.

Orientação: João Carlos Brum Torres.

1. Utilitarismo. 2. Felicidade. 3. Prazer. 4. Dor. 5. Mill, John Stuart,
1806-1873. I. Torres, João Carlos Brum, orient. II. Título.

CDU 2. ed.: 17.036.2

Catalogação na fonte elaborada pela(o) bibliotecária(o)
Ana Guimarães Pereira - CRB 10/1460



UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

“A visão utilitarista de John Stuart Mill sobre a felicidade”

Léo Spagnolo

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pela Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Filosofia. Linha de Pesquisa: Conceitos Fundamentais de Ética.

Caxias do Sul, 2 de maio de 2019.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. João Carlos Brum Torres (orientador)
Universidade de Caxias do Sul

Prof. Dr. Paulo César Nodari
Universidade de Caxias do Sul

Prof. Dr. Marco Antonio Oliveira de Azevedo
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

CAMPUS-SEDE

Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 - Bairro Petrópolis - CEP 95070-560 - Caxias do Sul - RS - Brasil

Ou: Caixa Postal 1352 - CEP 95020-972 - Caxias do Sul - RS - Brasil

Telefone / Telefax (54) 3218.2100 - www.ucs.br

Entidade Mantenedora: Fundação Universidade de Caxias do Sul - CNPJ 88 648 761/0001-03 - CGTE 029/0089530

Mod. 130033

*“It is better to be a human being dissatisfied than a pig satisfied;
better to be Socrates dissatisfied than a fool satisfied.”*

John Stuart Mill

RESUMO

A dissertação tem como finalidade o estudo da obra de Mill, com atenção especial à relação da concepção de Mill sobre a natureza do prazer, com o modo como deve ser entendida sua doutrina a respeito da “maior felicidade”. Para que este tipo de estudo seja possível, a questão biográfica é essencial, pois, sem levá-la em conta, é difícil compreender as motivações e objetivos do autor. Porém, antes de tratar particularmente de Mill, é realizada uma revisão tanto biográfica quanto conceitual da fundação do utilitarismo por Jeremy Bentham. Após essa revisão das bases utilitaristas, entra-se especificamente no autor chave do trabalho, Mill, e, assim como no caso de Bentham, é feita uma análise biográfica e conceitual na qual é dada especial atenção às divergências entre seus respectivos modos de tratar os pontos centrais da doutrina utilitarista. Tendo sido realizada esta comparação inicial, a dissertação trata de aprofundar-se no estudo da obra de Mill, tratando de destacar a classificação dos prazeres de forma qualitativa, e não apenas a quantitativa, como Bentham fizera. Dentro deste contexto, deu-se ênfase à classificação dos prazeres em superiores, relacionados ao intelecto humano, e inferiores, relacionados aos corpóreos. Procurou-se também examinar a relação entre os valores e a liberdade de escolha frente aos diferentes tipos de prazeres que podem ser desfrutados pelo homem. Com essa base conceitual estabelecida, a dissertação passa a examinar a questão da felicidade, a qual, como sabido, no contexto das doutrinas utilitaristas, está intimamente ligada ao prazer e a minimização ou evitação da dor. Sendo com isso abordado o ponto fundamental do utilitarismo, o princípio da maior felicidade, o qual, é importante frisar “... não é a maior felicidade do próprio agente, mas o maior total de felicidade em termos globais...” (MILL, 2005, p. 52). Com a discussão a respeito da maior felicidade estabelecida foi então possível examinar os preceitos morais que devem ser observados, de modo a tornar mais claro como a visão de Mill sobre a felicidade pode ser admirada e compreendida.

Palavras-chave: Utilitarismo; Felicidade; Prazer; Dor; John Stuart Mill.

ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to study Mill's work, with special attention to the relation of Mill's conception of the nature of pleasure and how his doctrine of "greater happiness" should be understood. In order for this type of study to be possible, the biographical question is essential, because without taking it into account, it is difficult to understand the motivations and objectives of the author. But before dealing particularly with Mill, a both biographical and conceptual review of Jeremy Bentham's foundation of utilitarianism is carried out. After the revision of the utilitarian bases, it enters specifically in the key author studied in this work, Mill, and as in the case of Bentham, a biographical and conceptual analysis is made in which special attention is given to the divergences between their respective ways of dealing with the central points of utilitarian doctrine. Having made this initial comparison, the dissertation tries to delve deeper into the study of Mill's work, trying to highlight the classification of pleasures qualitatively, as well as quantitative, like Bentham had done. Within this context, the emphasis was placed on the classification of pleasures in superiors, related to the human intellect, and inferiors, related to corporeal ones. It was also sought to examine whether the concept relates values and freedom of choice to the different types of pleasures that can be enjoyed by man. With the conceptual basis established, the dissertation begins to examine the question of happiness, which, as is well known in the context of utilitarian doctrines, and it is also intimately linked to pleasure and minimization or avoidance of pain. With this, the fundamental point of utilitarianism is approached, the principle of greater happiness, which, it is important to emphasize "... it is not the greatest happiness of the agent himself, but the greatest of total happiness in global terms ..." (MILL, 2005, p. 52). With the discussion of the greatest happiness established it was then possible to examine the moral precepts to be observed in order to make clearer how Mill's view of happiness can be admired and understood.

Keywords: Utilitarianism; Happiness; Pleasure; Pain; John Stuart Mill.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 BENTHAM: O FUNDADOR DO UTILITARISMO	10
2.1 Principais elementos biográficos de Jeremy Bentham	10
2.2 O utilitarismo de Bentham.....	14
2.3 Aspectos gerais do utilitarismo	21
3 MILL: O REFINAMENTO DO UTILITARISMO	27
3.1 Principais elementos biográficos de John Stuart Mill	27
3.2 A evolução de Mill em relação ao utilitarismo de Bentham.....	29
4 CLASSIFICAÇÃO DOS PRAZERES.....	38
4.1 Prazeres superiores e inferiores.....	38
4.2 O valor e a qualidade dos prazeres	42
4.3 A liberdade de escolha entre os prazeres.....	51
5 A FELICIDADE UTILITARISTA.....	56
5.1 A relação entre o prazer e a felicidade	56
5.2 O princípio da maior felicidade	62
5.3 A moral utilitarista e a felicidade	67
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
7 REFERÊNCIAS.....	78

1 INTRODUÇÃO

Diante das três grandes escolas filosóficas da humanidade ligadas à virtude, ao dever e à utilidade não pude deixar de perceber a minha identificação com a utilidade das ações humanas e a análise de suas consequências em relação ao prazer ou dor gerado por tais ações. Essa identificação me pareceu mais contemporânea e realista se comparada com as impressões que me causaram as outras duas grandes linhas de análise da ética; vi no utilitarismo algo palpável e aplicável no cotidiano, uma filosofia direta e útil para os dilemas morais cotidianos. Principalmente em relação à felicidade, a qual todos buscam, mas muitos se perdem pelo caminho, sem orientação ou meios de obtê-la.

A doutrina de Aristóteles sobre a virtude, o homem e sua felicidade me pareceu utópica, como poderíamos ser felizes e obter todas as virtudes elencadas por ele se somos seres imperfeitos. Mesmo se eu conseguisse uma delas, nem todas estariam ao meu alcance, desta forma como atingiria a felicidade se eu não pudesse obter todas elas e me tornar um homem virtuoso em sua plenitude? E ainda temos a ideia de sermos virtuosos realizando nossas atividades com maestria! Será que a ideia de uma felicidade atingida por realizar bem e com satisfação minhas atividades e meu trabalho realmente seria uma felicidade que eu estaria disposto a abraçar? Até poderia ser para alguns, mas não parecia ser o suficiente para mim, pois precisava de alguma coisa além da virtuosidade proposta por Aristóteles.

Depois surgiu Kant, e sua metodologia ligada ao dever. É nosso dever ser feliz, é nosso dever ajudar o próximo, é nosso dever respeitar as leis, com tantos deveres a serem cumpridos não me pareceu restasse algo relacionado com o livre arbítrio, ou alguma coisa que eu pudesse escolher para ser feliz. Quando falava em imperativo categórico e suas leis universais, fim em si mesmo e legislador universal a doutrina de Kant me pareceu meio egocêntrica e fora da realidade, apesar de ter bons fundamentos em certos pontos. Contudo, não sei se foi a palavra dever ou a complexidade da *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, mas a verdade é que não consegui sentir apreço por sua forma de pensar a ponto de dissertar a respeito dele.

Por fim me deparei com o Utilitarismo, no início houve uma grande identificação, pensei que havia encontrado uma escola filosófica realmente prática e que poderia ser aplicada em meu cotidiano. Mas quando comecei a estudar Jeremy

Bentham houve um pouco de frustração com relação a sua forma rígida e limitada de agir e pensar. Ele queria calcular todas as probabilidades das ações e suas consequências como se tudo no mundo fosse exato e previsível. Desconsiderava completamente os sentimentos humanos e colocava a razão acima de tudo. Para um jurista como ele, até que isso é bom, principalmente com as questões vividas em sua época. Porém achei sua visão limitada e teimosa, um clássico caso de dogmatismo filosófico, o que também não achei prudente seguir tendo em vista os diversos conhecimentos abordados e adquiridos com a filosofia.

Mas nem tudo estava perdido, a questão retrógrada e dogmática que me incomodava tanto em Bentham pôde ser resolvida com os estudos de John Stuart Mill. Mill propunha uma aplicação do utilitarismo de uma forma muito mais flexível, uma forma de nos nortearmos em questões pontuais, considerando os reais aspectos do ser humano, como suas emoções e sentimentos. A identificação com algo que não fosse tão rígido me cativou, ele pareceu compreender melhor os dilemas morais, que se mantêm atuais. Além disso, acompanhando sua biografia pude perceber sua luta pelos direitos das mulheres, um tema bem atual. Desta forma Mill veio a complementar e modificar o que não me agradava com relação à filosofia de Bentham: não havia mais cálculos e uma razão rígida e cega; passaram a existir orientações e análises que consideravam um contexto maior para o julgamento das ações em relação aos prazeres e as dores. Assim como uma visão de felicidade que dava importância e que considerava as outras pessoas nessa relação.

Desta forma as ideias de virtude e de dever passaram longe de minhas expectativas, assim como os conceitos utilitaristas iniciais propostos por Bentham. Assim, Mill pôde atender as minhas expectativas com relação aos estudos filosóficos sobre as ações humanas, as quais, como ele sustenta, visam maximizar o prazer e minimizar ou evitar a dor para que se alcance a felicidade. Sem esquecer da moralidade presente em cada uma de nossas ações.

Para tratar desses assuntos dividi o estudo aqui presente em quatro partes, para que assim se possa compreender melhor a visão de John Stuart Mill com relação ao utilitarismo e o modelo felicidade proposto por esta filosofia.

Inicialmente apresenta-se a fundação do utilitarismo, a qual foi efetivada por Jeremy Bentham. Como fundador ele foi responsável por reunir vários ensinamentos já existentes e criar um marco para o estudo da utilidade das ações. Para

compreender sua maneira de pensar foi necessário abordar aspectos de sua biografia para depois aprofundarmos em suas teorias. Sem compreender sua realidade e motivações fica mais difícil de entender quais eram os seus objetivos com o utilitarismo. Desta forma é possível mergulhar em seu cálculo da felicidade e utilizá-lo como ferramenta para melhor escolha entre diferentes ações possíveis. Escolhas estas que, conforme sua lição, devem buscar maximizar o prazer e a felicidade humana através da análise puramente racional das situações apresentadas.

Na sequência é realizado o mesmo procedimento metodológico com relação a Mill, assim torna-se possível, da mesma forma que o foi no estudo de Bentham, conhecer sua realidade, suas motivações e pensamentos. Estão presentes as inquietudes que Mill tinha em relação às análises feitas por seu mestre e o que fez para aprimorar os estudos que Bentham havia iniciado. As diferenças entre Mill e Bentham são notáveis para o aprimoramento e humanização do utilitarismo. Como destaque, temos uma qualificação dos prazeres ao invés de apenas uma quantificação, como era proposto anteriormente por Bentham; e também há a existência de princípios secundários, os quais tornam muito mais plausível a moralidade humana tal como concebida pelo utilitarismo milliano.

Posto isso, no capítulo subsequente apresentam-se os prazeres e suas classificações. O objetivo ali é identificar as especificidades dos prazeres superiores e dos prazeres inferiores, ou os do intelecto e os do corpo. Esta distinção foi crucial para Mill, com isso ele pôde criar uma distinção entre os diferentes tipos de prazeres, e desta forma atribuir diferentes valores para eles. Sem criar nenhuma obrigação com relação às escolhas entre eles, deixando o indivíduo com a liberdade de escolha entre qual prazer irá satisfazê-lo melhor, mas enfatizando que toda a escolha gera uma renúncia e uma consequência, seja ela a curto, médio ou longo prazo.

Tendo sido os prazeres classificados, chegou finalmente a hora de falarmos sobre a felicidade gerada por eles. Desta forma, primeiramente são relacionados os prazeres com a felicidade e expostos os conceitos de felicidade, para então se abordar o princípio da maior felicidade. Mas sem deixar de lado os princípios morais existentes em nossas escolhas, pois não existe moral alguma em uma busca desenfreada por prazer ilimitado, e também não é isso que Mill propõe em seus estudos. Com a moralidade posta na equação da felicidade podemos concluir a

parte pertinente ao estudo da felicidade do ponto de vista utilitarista de John Stuart Mill.

2 BENTHAM: O FUNDADOR DO UTILITARISMO

O utilitarismo é uma teoria ética normativa que tem seu foco principal voltado para a análise das ações humanas e que sustenta que estas são guiadas pela dor ou pelo prazer. Seus principais representantes foram os ingleses Jeremy Bentham (1748-1832) e John Stuart Mill (1806-1873). O utilitarismo também possui alguns princípios básicos como o bem-estar, a análise das consequências, a agregação, a otimização, a imparcialidade e o universalismo das ações humanas como determinações do que seja à felicidade e como referências práticas para que se possa alcançar a esta. Como uma ética consequencialista, os princípios do utilitarismo muitas vezes entram em conflito com outros pensamentos filosóficos consagrados, como por exemplo, os das éticas deontológicas e mesmo, em alguns pontos com os princípios apresentados pelas éticas das virtudes.

2.1 Principais elementos biográficos de Jeremy Bentham

Jeremy Bentham nasceu em Londres no dia 15 de fevereiro de 1748, no bairro de *Hondstich* em Londres. Filho e neto de juristas, Bentham era considerado um prodígio, já sabendo ler em grego e latim antes mesmo dos cinco anos de idade. Menino franzino destacava-se por seu intelecto, com o qual adquiriu grande reputação no internato de *Westminster*, onde escrevia versos em grego e latim. No ano de 1760 entrou no *Queen's College* de *Oxford*, onde obteve o título de bacharel em 1763, se tornando o mais jovem graduado da história inglesa. No mesmo ano foi para o *Lincoln's Inn*, o qual era um alojamento da corte britânica destinado a preparar os estudantes para a prática do direito, desta forma Bentham estaria apto para seguir a profissão de sua família, ingressando no fórum quatro anos depois. (PESSANHA, 1989).

Como estudante, Bentham assistiu às aulas de William Blackstone (1723 – 1780) em *Oxford*, autor dos *Comentários sobre as Leis da Inglaterra*. Aulas estas que serviram de motivação para Bentham tentar melhorar o sistema jurídico inglês, tendo em vista que não concordava com os ideais da época, que, em seu ponto de vista, eram ruins e cheios de falhas. Desta forma Bentham se dedicou a escrever um sistema de jurisprudência, civil e penal que pudesse ser considerado justo em

comparação ao que estava sendo praticado na época. Isso o levou a desenvolver uma teoria baseada em valores, passando assim a dedicar sua vida ao desenvolvimento da teoria do direito. (HARRISON, 2003).

Devido a sua criação, educação formal e sistemática lógica de escrever e pensar juridicamente, muitos de seus críticos o acusavam de falta de imaginação e baixo apreço pelas artes. Contudo, um de seus alunos, John Stuart Mill, descreveu um outro Jeremy Bentham, o qual apreciava a música, e também pintura, escultura, entre outras artes que viessem a vislumbrar seus olhos. Exceto quando se tratasse de poesia, a qual considerava uma abominação, pois não empregava as palavras de forma lógica e precisa como era de sua exigência, o que de certo modo era paradoxal em relação a sua forma de pensar.

Muito mais foi dito, sem qualquer fundamento, sobre o seu desprezo pelos prazeres da imaginação e das belas artes. A música foi ao longo da vida a sua diversão favorita; pintura, escultura e outras artes contemplativas aos olhos, ele estava longe de desprezar, sendo que ocasionalmente as reconhecia como meios verdadeiramente importantes para os fins sociais; embora sua ignorância sobre as fontes mais profundas do caráter humano o impediu (como impediu a maioria dos ingleses) de presumir os quão profundamente tais coisas penetram na natureza moral do homem e na educação, tanto do indivíduo como da sociedade. Mas, no mais tênue sentido, ele não concordava com a forma como eram empregadas as palavras na poesia. Ele pensou que as palavras, foram pervertidas de sua função quando estavam sendo utilizadas em proferir qualquer coisa, exceto a verdade lógica e precisa. Ele diz, em algum lugar de suas obras, que, "ser alfinetado gera a mesma quantidade de prazer do que uma poesia", mas esta é apenas uma maneira paradoxal de dizer o que ele realmente pensava sobre as coisas que mais valorizava e admirava. (MILL, 1969, p. 113).¹

Uma das principais inspirações de Bentham foi a obra de Cesare Beccaria (1738 - 1794), que no livro *Dos delitos e das penas*, já demonstrava preocupação com a questão que viria ser a bandeira do utilitarismo fundado por Bentham: buscar o prazer e evitar a dor, assim como uma fórmula para calculá-los. Nesse sentido,

¹ Tradução de: *Much more has been said than there is any foundation for, about his contempt for the pleasures of imagination, and for the fine arts. Music was throughout life his favourite amusement; painting, sculpture, and the other arts addressed to the eye, he was so far from holding in any contempt, that he occasionally recognises them as means employable for important social ends; though his ignorance of the deeper springs of human character prevented him (as it prevents most Englishmen) from suspecting how profoundly such things enter into the moral nature of man, and into the education both of the individual and of the race. But towards poetry in the narrower sense, that which employs the language of words, he entertained no favour. Words, he thought, were perverted from their proper office when they were employed in uttering anything but precise logical truth. He says, somewhere in his works, that, "quantity of pleasure being equal, push-pin is as good as poetry:" but this is only a paradoxical way of stating what he would equally have said of the things which he most valued and admired.*

Beccaria escreve que “...uma boa legislação não é senão a arte de proporcionar aos homens o maior bem-estar possível e preservá-los de todos os sofrimentos que lhes possam causar, segundo o cálculo dos bens e dos males desta vida.” (BECCARIA, 2001, p.190).

No ano de 1776 Bentham escreve seu primeiro livro, *Um Fragmento sobre o Governo*, onde critica a antipatia de William Blackstone com relação às reformas judiciárias. Essa obra é considerada por muitos como o marco inicial do utilitarismo britânico e o início de uma série de grandes obras escritas por Bentham. Em 1785 Bentham viaja para a Rússia com o intuito de visitar seu irmão Samuel Bentham, porém no caminho acaba visitando a Itália e posteriormente Constantinopla. Chegando a Rússia, ele escreve outra de suas obras, *O Panóptico*. Então, antes de voltar à Inglaterra em 1788, ele já se considerava um cidadão do mundo, não ficando mais restrito ao seu país de origem e se preocupando com a humanidade como um todo. (PERROT, 2008).

Ainda que tenha sido aluno de Blackstone, Bentham foi elogiado por não seguir a estagnação jurídica de seu professor, mesmo este tendo sido um dos maiores juristas ingleses de todos os tempos. Buscando sempre desafiar os preceitos históricos jurídicos de sua época. Desta forma Mill elogia seu mestre, Bentham, por enfrentar esta árdua caminhada para desenvolver um novo sistema jurídico na Inglaterra.

A história um dia se recusará a dar crédito à tamanha superstição que vinha protegendo essa bagunça perniciosa de análise ou dúvida, "rejeitou" as representações encantadoras de Blackstone por uma estimativa justa da lei inglesa, e proclamada - a vergonha da razão humana para ser a perfeição disso. Glória a Bentham que lidou com essa superstição, esse sopro da morte – aquele que tem sido o Hércules desta hidra, o São Jorge deste dragão pestilento! A honra é toda sua - nada além de suas qualidades peculiares poderiam ter feito isso. (MILL, 1969, p. 103).²

Em 1789 Jeremy Bentham publica sua maior obra, *Uma Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação*, na qual descreve “a utilidade como a submissão, científica e calculada, aos dois grandes princípios que governam toda a

² Tradução de: *History will one day refuse to give credit to the intensity of the superstition which, till very lately, protected this mischievous mess from examination or doubt - "passed" off the charming representations of Blackstone for a just estimate of the English law, and "proclaimed" the shame of human reason to be the perfection of it. Glory to Bentham that he has dealt to this superstition its deathblow - that he has been the Hercules of this hydra, the St. George of this pestilent dragon! The honour is all his - nothing but his peculiar qualities could have done it.*

conduta dos indivíduos e das sociedades: a evitação da dor e a busca do prazer.” (PERROT, 2008, p.129). Definindo assim o sistema utilitarista, mesmo que anteriormente já houvesse apresentado o cerne do utilitarismo em seu primeiro livro, o princípio segundo o qual “...a maior felicidade do maior número que é a medida do certo e do errado...” (BENTHAM, 1891, p. 93).

No ano de 1792, Bentham recebe a cidadania francesa, e em 1817 se torna um dos principais membros do grupo de advogados do *Lincoln's Inn*. Bentham também se dedicou à política, à reforma constitucional da Inglaterra e à defesa do radicalismo, além de defender também uma nova codificação de leis. Muito produtivo Bentham escreveu várias obras, nas quais destacam-se: *Um Fragmento sobre o Governo (A Fragment on Government)*, 1776; *De Leis em Geral (Of Laws in General)*, 1782; *Defesa da Usura (Defense of Usury)*, 1787; *O Panóptico (The Panoptic)*, 1787; *Uma Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação (An Introduction to the Principles of Morals and Legislation)*, 1789; *Chrestomathia*, 1817; *Sobre a Liberdade da Imprensa e Discussão Pública (On the Liberty of the Press and Public Discussion)*, 1820; *A Fundamentação da Recompensa (The Rationale of Reward)*, 1825; *Razão da Evidência Judicial (Rationale of Judicial Evidence)*, 1827; *Código Constitucional (Constitutional Code)*, 1830; *A Razão da Punição (The Rationale of Punishment)*, 1830; *Fragmentos de Pannomial (Pannomial Fragments)*, 1831.

Assim durante toda sua vida Bentham se dedicou aos seus estudos sobre a teoria do direito e seu sistema utilitarista, e mesmo após a sua morte, em 6 de junho de 1832, ele procurou de alguma maneira continuar sendo útil e inspirar as gerações futuras. Para cumprir com esse compromisso de utilidade, seu corpo foi embalsamado e exposto sentado com suas roupas em uma vitrine na biblioteca da UCL (*University College London*), em Londres. Esse foi seu desejo antes de morrer, dessa forma as pessoas poderiam continuar a discutir suas ideias em sua presença, levando o seu princípio de utilidade ao extremo e servindo de inspiração para as pessoas até os dias de hoje.

A especulação de Bentham, como já sabemos, começou com a lei; e nesse departamento, ele realizou seus maiores triunfos. Ele encontrou a filosofia da lei num caos, e deixou uma ciência: ele fundou a prática da lei e a deixou

como os Estábulos de Áugias, ele minou o rio e depois varreu os detritos, retirando seu lixo. (MILL, 1969, p. 100).³

2.2 O utilitarismo de Bentham

Inspirado nos conceitos e ideais a respeito da análise do comportamento humano foi fundada a ética utilitarista. A doutrina se preocupa com as consequências das ações humanas e se estas consequências se traduzem em prazer ou dor. Apesar de muitos pensadores tratarem destes assuntos ao longo da história, foi Jeremy Bentham que normatizou estes conhecimentos, criando assim a chamada teoria utilitarista e o chamado cálculo hedonista ou *felicific calculus*.

No livro *Uma Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação*, mais especificamente em seu capítulo III, Bentham relata que existem quatro fontes distintas que normalmente originam para o prazer ou a dor. Essas fontes são de natureza física, política, moral e religiosa, e estão ligadas a uma lei ou regra nas ações do homem, podendo com isso serem vistas e sentidas como sanções, as quais são descritas da seguinte maneira:

III. – Se o prazer ou a dor têm lugar ou se esperam na vida presente e no curso ordinário da natureza, não propositadamente modificado pela interposição da vontade de algum ser humano nem por alguma interposição extraordinária de algum ser invisível superior, podemos dizer que tal prazer ou tal dor derivam da – ou têm relação com a – *sanção física*.

IV. - Se o prazer ou a dor têm lugar ou se esperam de pessoa particular ou de um grupo de pessoas na comunidade, as quais, sob nomes correspondentes ao de *juiz*, são escolhidas para o objetivo específico de administrar, de acordo com a vontade do poder soberano ou supremo de governo existente no Estado, podemos dizer que o prazer e a dor dimanam da *sanção política*.

V. - Se o prazer e a dor estiverem nas mãos de pessoas que *por acaso* ocupam um lugar de destaque na comunidade, segundo a disposição espontânea de cada pessoa, e não de acordo com alguma regra estabelecida ou acordada, podemos dizer que o prazer e a dor derivam da *sanção moral* ou *popular*.

VI. – Se dependerem da mão imediata de um ser superior invisível, quer na presente vida, quer em uma vida futura, pode-se dizer que derivam da *sanção religiosa*. (BENTHAM, 1974, p. 19 -20).

³ Tradução de: *Bentham's speculatiom, as we are already aware, began with law; and in that department he accomplished his greatest triumphs. He found the philosophy of law a chaos, he left it a science: he found the practice of the law an Augean stable, he turned the river into it which is mining and sweeping away mound after mound of its rubbish.*

Desta forma, se um indivíduo que vive em uma determinada sociedade comete um delito, como por exemplo, roubar de um de seus semelhantes e se for pego, tal indivíduo poderá sofrer sanções das quatro fontes acima citadas. Como sanção física será aplicada a ele uma dor física equivalente ao dano causado ou ao do valor roubado, dentro do pressuposto de equidade. O que será proveniente muitas vezes de uma sanção política, sendo julgado pelos meios legais existentes nesta sociedade. Da mesma forma que ele será atingido pela sanção popular que condena tal ação dentro desta mesma sociedade, causando-lhe dor pelo fato da repreensão moral sofrida pela sua comunidade, levando-o a sentir vergonha, tristeza, arrependimento, resignação, ou qualquer outro sentimento gerado no indivíduo que venha a lhe causar dor. Em decorrência destas sanções o indivíduo poderá também ser atingido por uma sanção religiosa, que o faz refletir sobre suas ações, e se estas ações também serão julgadas por seres superiores em sua próxima vida. Isso tendo em vista que tais seres existam e que possam realizar tal julgamento e ainda aplicar-lhe a devida punição em decorrência do ato por ele executado nesta vida e que gerou tamanha dor para a sociedade em questão.

Com o relato destas quatro fontes de prazer ou dor e as características de suas sanções é possível identificar a presença da religião nas lições de Bentham. John Stuart Mill também descreve essa forma de pensar de Bentham quando afirma que “Ele não exclui a religião; a perspectiva de recompensas divinas e punições que ele inclui sob a cabeça de "interesse próprio", e o sentimento devocional sob a simpatia com Deus.”. (MILL, 1969, p. 94).⁴

Diante dessa classificação de sanções, pode-se observar as inquietudes presentes na vida de Bentham em relação à realidade de sua época, e as injustiças que presenciava e que o deixavam inconformado. Inquietudes estas que eram originadas nos sistemas jurídico, político e religioso, os quais impunham diferentes formas de punições aos cidadãos, punições estas muitas vezes desmedidas, que visavam causar a maior dor possível aos transgressores das leis vigentes. O que levou Bentham a desenvolver uma forma considerada por ele mais justa para avaliar as sanções a serem aplicadas. Ele fez isso através de cálculos que pudessem estimar o prazer ou a dor de uma pessoa ou sociedade diante de uma determinada

⁴ Tradução de: *He does not exclude religion; the prospect of divine rewards and punishments he includes under the head of "self-regarding interest", and the devotional feeling under that of sympathy with God.*

situação. O cálculo hedonista de Bentham ou *felicific calculus*, considera pelo menos sete circunstâncias para o seu desenvolvimento.

Na determinação do cálculo do maior prazer, o chamado *felicific calculus*, ou simplesmente cálculo hedonista, ao menos sete circunstâncias devem ser consideradas: sua intensidade (prazeres intensos são preferíveis), sua duração (quanto mais tempo durar o prazer melhor), sua certeza ou incerteza (um prazer certo tem mais valor no cálculo do que um incerto), sua proximidade (um prazer que está próximo de ser obtido é preferível a um que está longe), sua fecundidade (a probabilidade de que ele seja seguido por outras sensações prazerosas), sua pureza (a probabilidade de que ele não seja seguido por sensações desprazerosas), e finalmente a sua extensão, isto é, o número de pessoas ao qual o prazer se estende. (NAHRA, 2014, p. 271).

Para exemplificar esse procedimento do cálculo hedonista de Bentham inicia-se escolhendo qualquer pessoa que possa ser afetada por uma determinada ação. Determinada a pessoa, atribui-se empiricamente um valor de intensidade para cada tipo de prazer que possa se apresentar nela diretamente em virtude da ação. Por exemplo, para uma ação Alpha atribui-se o valor 70 enquanto a intensidade de prazer, e para uma ação Beta o valor de intensidade 50 desse mesmo prazer, assim a ação Alpha gerará uma intensidade maior de prazer.

Depois se leva em consideração a duração de cada ação, assim para a Alpha associasse um valor de duração equivalente a 10 e um valor de 20 para a ação Beta, desta forma a Beta será mais duradoura do que a Alpha. Seguindo no mesmo raciocínio tem-se agora que determinar a certeza em relação a ocorrência das ações, coloca-se por exemplo 90 para a ação Alpha e 50 para a Beta, ou seja, a probabilidade da ação Alpha ocorrer é maior.

Segue-se com a atribuição de proximidade, que estima qual das ações está mais próxima de ocorrer, assim coloca-se 20 para a Alpha e 70 para a Beta, portanto a ação Beta está muito mais próxima de acontecer. Posteriormente tem-se que considerar a fecundidade das ações, se elas geram outros prazeres, assim para a ação Alpha associa-se um valor de 30 e para a Beta 60, representando que a ação Beta possui maior probabilidade de gerar outros prazeres futuros.

Agora chega o momento de analisar a pureza das ações, assim analisa-se qual das ações não será procedida por dor, seguindo o exemplo, atribui-se 20 para a ação Alpha e -30 para a ação Beta, o que representa que a ação Beta resultará em dor, decorrido o prazer inicial da ação. Por último é analisada a extensão das consequências das ações, assim para a Alpha tem-se 0 e para a Beta 50, o que

determina que a ação Beta apresentará uma interação com um número maior de pessoas do que a Alpha.

Como resultado final, tabulando-se os resultados atribuídos em cada uma das etapas e somando-os algebricamente, se obtêm o valor de 240 para a ação Alpha e 270 para a ação Beta. O que significa dizer que do ponto de vista utilitarista de Bentham e da aplicação do seu cálculo de felicidade, a ação que resulta em melhores resultados é a ação Beta. Ação essa que gerará o maior prazer para o maior número de pessoas, de acordo com o utilitarismo e o cálculo hedonista de Bentham.

Partindo para um exemplo mais palpável, rotineiro, prático e de certo modo até mesmo banal, pode-se escolher entre comer uma fruta ou um doce quando se está com fome, atentando ao fato que esta ação afeta apenas um indivíduo, que os valores atribuídos são hipotéticos e que se esta for uma ação esporádica ela não resultará em grandes impactos para a vida futura de uma pessoa. Para começar, a ação de comer uma fruta atribui-se o valor 40, enquanto a intensidade de prazer, e para a ação de comer um doce o valor de intensidade 90 desse mesmo prazer, assim a ação de comer um doce gerará uma intensidade maior de prazer. Isso tendo em vista que o doce ou açúcar branco aumenta a produção de serotonina no corpo humano, o que intensifica a sensação de prazer.

Segue-se considerando a duração de cada ação, assim para o doce associasse um valor de duração equivalente a 30 e um valor de 40 para a fruta, desta forma tem-se que a fruta leva mais tempo para ser consumida do que o doce. Seguindo a mesma linha de raciocínio tem-se agora que determinar a certeza em relação a ocorrência das ações, coloca-se por exemplo, 60 para a ação de comer o doce e 30 para a da fruta, ou seja, a probabilidade de se comer o doce é maior do que a de se comer a fruta. O doce muitas vezes se torna mais atrativo para as pessoas em decorrência do seu fácil acesso e sensação inicial de prazer, como já foi abordado anteriormente, assim justifica-se a sua maior probabilidade de ocorrência em relação à fruta.

Agora vem a atribuição de proximidade, que estima qual das ações está mais próxima de ocorrer, assim coloca-se 80 para doce e 60 para a fruta, portanto a ação de comer um doce está mais próxima de acontecer, seguindo a mesma lógica das etapas anteriores. Depois deve-se considerar a fecundidade das ações, se elas geram outros prazeres, assim para a ação de comer um doce associa-se um valor

de -10 e para a fruta 80, representando que a ação de comer uma fruta possui maior probabilidade de gerar outros prazeres futuros. Isso porque a fruta traz consigo diversas vitaminas benéficas para o corpo, enquanto o açúcar branco de um doce não apresenta tais benefícios que se apresentarão futuramente na saúde do indivíduo.

Seguindo, é hora de verificar a pureza das ações, assim analisa-se qual das ações não será seguida por dor, seguindo o exemplo, atribui-se -30 para a ação do doce e 70 para a ação relacionada a fruta, o que representa que a ação de comer um doce resultará em uma quantidade maior de dor após o prazer inicial da ação, indo ao encontro da justificativa anterior. Ao final é analisada a extensão das consequências das ações, assim tanto para o doce quanto para a fruta coloca-se o valor de 0, tendo em vista que esta é uma ação que envolve somente o próprio indivíduo.

Como resultado final do cálculo hedonista de Bentham para esta ação, se obtém o valor de 220 para a ação de comer um doce e 320 para a ação de comer uma fruta. Assim, mesmo um doce apresentando uma maior intensidade de prazer inicial, ao final de todas as considerações do cálculo, a melhor escolha seria comer uma fruta, considerando principalmente a fecundidade e pureza da ação. Lembrando que esta ação isoladamente não representa grande impacto para a vida da pessoa, a referida ação e sua importância só serão relevantes caso o doce passe a se tornar a escolha mais frequente ou única para o indivíduo durante toda a sua vida.

Mesmo este sendo um método empírico e pessoal devido a natureza da atribuição de seus valores, segundo Bentham com esse procedimento é possível calcular se um determinado ato trará benefícios ou não ao indivíduo e à comunidade. Assim pode-se também realizar a comparação entre diferentes ações e estimar qual delas é mais benéfica, gerando o maior prazer tanto para um único ser humano quanto para o maior número de pessoas.

Sendo assim o sistema proposto por Bentham visa analisar as consequências das ações para determinar se tais ações geram prazer ou dor para o maior número de pessoas, de acordo com seus princípios. Princípios estes que tem como objetivo fazer com que as ações humanas tenham um caráter de utilidade para o aumento do prazer e consequentemente da felicidade, baseando-se na aprovação ou não de tais ações e desenvolvendo assim o princípio de utilidade das ações humanas.

Por princípio de utilidade entende-se aquele princípio que aprova ou desaprova qualquer ação, segundo a tendência que tem a aumentar ou diminuir a felicidade da pessoa cujo interesse está em jogo, ou, o que é a mesma coisa em outros termos, segundo a tendência a promover ou a compreender a referida felicidade. Digo qualquer ação, com o que tenciono dizer que isto vale não somente para qualquer ação de um indivíduo em particular, mas também de qualquer ato ou medida de governo. O termo utilidade designa aquela propriedade existente em qualquer coisa, propriedade em virtude da qual o objeto tende a produzir ou proporcionar benefício, vantagem, prazer, bem ou felicidade (tudo isso no caso presente, se reduz à mesma coisa), ou (o que novamente equivale à mesma coisa) a impedir que aconteça o dano, a dor, o mal, ou a infelicidade para a parte cujo interesse está em pauta; se esta parte for a comunidade em geral, tratar-se-á da felicidade da comunidade, ao passo que, em se tratando de um indivíduo particular, estará em jogo a felicidade do mencionado indivíduo. (BENTHAM, 1989, p. 4).

Bentham, portanto não se preocupava apenas com a felicidade do indivíduo, mas sim com a felicidade da população em geral, sendo assim o governo também possuía sua parcela de contribuição para que fosse possível conseguir lançar a felicidade para o maior número de pessoas. Contudo Bentham continuava a receber duras críticas, pois como seria possível quantificar as ações humanas, transformá-las em números não era uma tarefa fácil. Mas Bentham continuava se apoiando em Beccaria nesta questão, o qual pressupunha que os legisladores tivessem habilidade suficiente para tal, devido à qualidade de sua educação.

Além desta subjetividade na realização de seus cálculos, Bentham também recebia outras críticas em relação à fragilidade de seu princípio utilitarista. Dentre elas a limitação em colocar o homem como escravo apenas do prazer e da dor, as quais possuem apenas diferenças quantitativas e não qualitativas, porque um homem deveria se sacrificar para o prevailecimento do bem-estar da maioria, e como se tornar imparcial para avaliar as ações de forma justa, lembrando que toda a sua teoria se baseia em um fundamento jurídico. Mas Bentham nunca sentiu necessidade de se aprofundar e buscar responder a tais indagações, pois sempre esteve seguro de seus princípios, tratando-os de forma dogmática.

É provável, no entanto, que devemos a Bentham tudo o que foi feito pelo princípio da utilidade; que era necessário para ele encontrar um primeiro princípio, que ele pudesse perceber como auto evidente, e para o qual ele poderia anexar todas as suas outras doutrinas como consequências lógicas:

que a unidade sistemática era uma condição indispensável da sua confiança em seu próprio intelecto. (MILL, 1969, p. 111).⁵

Contudo Bentham também recebeu críticas quanto ao seu trabalho, principalmente por renegar a importância da formação de caráter, as consequências das ações no espírito e a falta de aprofundamento com relação às questões de ética prática. O que levou sua filosofia a ser taxada de sistematicamente mecanizada, ou seja, faltou-lhe tato para compreender a realidade humana, seus anseios e variações. Isso provavelmente se deve ao fato de ter tratado o utilitarismo como uma fórmula para o estabelecimento de padrões a serem seguidos, da mesma forma que as leis o são. Desta forma sua preocupação não estava em deixar sua ética sensível às percepções humanas, como posteriormente fez Mill, mas sim em deixá-la principalmente sistemática, para que qualquer um pudesse aplicá-la em quaisquer circunstâncias, sem que houvesse muitas discrepâncias ou atenuações em sua forma de agir e pensar.

Na medida em que Bentham adotou o princípio da utilidade, isso o induziu a rever sua devoção sobre as “consequências” das ações como sendo a consideração determinante de sua moralidade, até então, ele estava indiscutivelmente no caminho certo: Entretanto, para ir longe sem andar errante, era necessário um conhecimento maior sobre a formação do caráter e das consequências das ações sobre o próprio estado de espírito do agente, isso em relação ao que Bentham já possuía. Sua falta de domínio para estimar esta classe de consequências, juntamente com sua falta de consideração para com aqueles que não possuíam competência para experimentar suas próprias experiências, e dependiam da experiência de outros sobre o assunto, limitou muito o valor de suas especulações sobre as questões de ética prática. Ele também é cobrado por outro erro, que seria inadequado transpor, porque nada tendeu a colocá-lo mais em oposição aos sentimentos comuns da humanidade, e dar a sua filosofia um frio ar mecânico e não original que caracteriza a ideia popular de um Benthamita. (MILL, 1969, p. 111-112).⁶

⁵ Tradução de: *It is probable, however, that to the principle of utility we owe all that Bentham did; that it was necessary to him to find a first principle which he could receive as self-evident, and to which he could attach all his other doctrines as logical consequences: that to him systematic unity was an indispensable condition of his confidence in his own intellect.*

⁶ Tradução de: *In so far as Bentham's adoption of the principle of utility induced him to fix his attention upon the “consequences” of actions as the consideration determining their morality, so far “he was indisputably” in the right path: though to go far in it without wandering, there was needed a greater knowledge of the formation of character, and of the consequences of actions upon the agent's own frame of mind, than Bentham possessed. His want of power to estimate this class of consequences, together with his want of the degree of modest deference which, from those who have not competent experience of their own, is due to the experience of others on that part of the subject, greatly limit the value of his speculations on questions of practical ethics. He is chargeable also with another error, which it would be improper to pass over, because nothing has tended more to place him in opposition to the common feelings of mankind, and to give to his philosophy that cold, mechanical, and ungenial air which characterizes the popular idea of a Benthamite.*

Bentham desenvolveu sua filosofia como se fosse gerir um negócio, suas práticas organizadas e abrangentes de analisar os arranjos sociais é o que engrandece seu trabalho. Colocando-o assim entre os grandes pensadores da história humana, mesmo com os pontos conflitantes presentes em seu trabalho e minados por seus críticos, os quais não eram muito ouvidos por ele, uma vez que estava sempre convicto de seus ideais.

2.3 Aspectos gerais do utilitarismo

Para compreender a origem do utilitarismo e o papel de Bentham em sua concepção é necessário ter sempre bem presente que a teoria ética normativa do utilitarismo possui sua base no princípio da utilidade e da maior felicidade. Contudo a relação entre eles é estabelecida por Bentham como de interdependência, sendo que a felicidade é construída através das ações que nos são úteis em prol do prazer, que por sua vez são norteadas pela razão e pela lei. Como para muitas pessoas as ideias de utilidade e felicidade nem sempre estão diretamente associadas, ele tenta deixar clara essa relação quando descreve que a utilidade de nossas ações visa o prazer e por consequência a felicidade das pessoas afetadas por tais ações que, por conseguinte lhe são úteis.

A palavra “utilidade” não ressalta as idéias de prazer e dor com tanta clareza como o termo “felicidade” (*happiness, felicity*); tampouco o termo nos leva a considerar o número dos interesses afetados; número do reto e do errado, a única que pode capacitar-nos a julgar a retidão da conduta humana, em qualquer situação que seja. Esta falta de conexão suficientemente clara entre as idéias de felicidade e prazer, por uma parte, e a idéia de utilidade, por outra, tem constituído mais de uma vez, para certas pessoas – conforme pude constatar -, um obstáculo para a aceitação do princípio acima, aceitação que, de outra forma, possivelmente não teria encontrado resistência. (BENTHAM, 1984, p. 3).

Além destes princípios o utilitarismo possui como características de seu pensamento o consequencialismo e o hedonismo, os quais norteiam as ações humanas na visão dos utilitaristas de modo geral. Portanto o primeiro passo aqui é expor para então compreender tais conceitos, de modo a esclarecer o florescer iluminista desta escola filosófica. Mesmo que Bentham apresente uma concepção restrita da natureza humana, conforme descreve John Stuart Mill em seus ensaios sobre ética, religião e sociedade.

O homem é concebido por Bentham como um ser suscetível aos prazeres e dores, e governou toda a sua conduta em parte pelas diferentes modificações de interesse próprio, e as paixões comumente classificadas como egoístas, em parte por simpatias, ou ocasionalmente antipáticas, para outros seres. (MILL, 1969, p. 94).⁷

Mas mesmo que Bentham tenha essa concepção do ser humano, isso não altera a definição do consequencialismo da qual o utilitarismo faz parte, o qual se apresenta como uma teoria que considera que o valor de uma determinada ação depende somente de suas consequências. Assim, em um primeiro momento ela não se preocupa com normas ou princípios estabelecidos pelo homem, mas sim com o que é certo ou errado em consequência das ações humanas, diferentemente das teorias das virtudes, que se preocupam com o caráter da ação. E principalmente contrapondo-se as teorias deontológicas, como a ética do dever, desenvolvida por Kant, que se preocupam com as propriedades normativas da ação e não somente com suas consequências.

As teorias consequencialistas diferenciam-se das teorias deontológicas exatamente e primeiramente em função do fato de que as teorias deontológicas estabelecem que a determinação de propriedades normativas seja independente das consequências da ação, estando diretamente vinculadas àquilo que devemos não fazer. As teorias deontológicas estabelecem normas ou princípios que não devemos violar, e a partir destes é definido o que é o certo e o errado. As teorias consequencialistas, ao contrário, estabelecem que o certo e o errado só podem ser estabelecidos no cálculo das consequências da ação. (NAHRA, 2014, p. 268-269).

Para ilustrar essa diferença de pensamento pode-se considerar como exemplo a mentira. Para Kant a mentira é totalmente inadmissível, seja qual for a circunstância, pois se fosse possível e permitido mentir, estaria se destruindo um dos principais alicerces da sociedade e não haveria mais como confiar nas pessoas. Porém os consequencialistas não são tão radicais quanto Kant nesta questão, eles também dizem que a mentira é errada, mas se esta mentira trouxer boas consequências ela é admissível, sobretudo se for para um grande número de pessoas.

O consequencialismo não informa para as pessoas qual ação é certa ou errada, ele serve como um método de orientação para auxiliar no processo de escolha entre diferentes ações propostas. Sendo assim, não é tão simples como

⁷ Tradução de: *Man is conceived by Bentham as a being susceptible of pleasures and pains, and governed in all his conduct partly by the different modifications of self-interest, and the passions commonly classed as selfish, partly by sympathies, or occasionally antipathies, towards other beings.*

parece tomar uma decisão baseada nas consequências das ações, já que as variáveis envolvidas podem não ser totalmente conhecidas ou apresentarem-se controversas para diferentes pessoas. Este fato pode ser observado claramente no exemplo de Cinara Nahra sobre a construção de uma usina hidrelétrica e dos dilemas apresentados com a implantação de tal construção.

Por exemplo, um governo Y decide construir uma usina hidrelétrica que teria capacidade para abastecer duas mil casas em uma área extremamente carente de energia. A hidrelétrica vai acelerar o desenvolvimento econômico na região, tendo como consequência direta a diminuição dos índices de miserabilidade. A construção da hidrelétrica então parece trazer boas consequências, e assim esta deveria ser aprovada.

Acontece, porém, que no processo de construção da hidrelétrica pesquisadores descobriram que exatamente no mesmo local onde deveria ser feita a construção vive um tipo de anfíbio raríssimo, o chamado sapo da barriga vermelha, uma espécie endêmica que não existe em nenhum outro lugar do mundo, e a construção da hidrelétrica colocaria em risco a sua sobrevivência. A construção da hidrelétrica, agora, geraria, além das consequências boas, também consequências ruins, e, portanto teríamos agora razões consequencialistas para argumentar que seria melhor se a hidrelétrica não fosse construída.

Como então decidir esta questão? Aqui o consequencialista diria que devemos fazer o cálculo das consequências da construção e da não construção da hidrelétrica, e só assim, então baseados neste cálculo decidiríamos. Ele nos daria, inicialmente, apenas um procedimento de decisão, um método para resolver a questão. (NAHRA, 2014, p. 269-270).

Esse exemplo se mostra adequado para demonstrar as dificuldades que podem se apresentar diante das escolhas norteadas pelo utilitarismo. O cálculo das consequências proposto para se chegar a melhor solução pode apresentar vários problemas, como a complexidade, a parcialidade dos envolvidos, a falta de conhecimento, entre outros, levando a uma inviabilidade da mensuração de tal situação. Será que o risco de extinção de toda uma espécie é um custo aceitável a se pagar pelo bem maior de uma parcela da população humana. E se ao invés de uma espécie animal estivesse envolvida a vida de um semelhante, um outro ser humano, como é o caso da pena de morte.

Muitos países aplicam a pena de morte como forma de punição aos cidadãos que não seguem suas leis: “De acordo com a Anistia Internacional, 57 países ainda aplicam a pena de morte com frequência. Outros 35 têm legislação que permite a pena capital, mas não a aplicam há mais de 10 anos.” (CASTRO, 2015). Mas será que a pena de morte seria a melhor forma de sanção? Qual crime deveria ser punido com tamanha severidade? E se a punição fosse aplicada a um inocente? Todas estas questões sempre são levantadas quando se trata de um assunto tão

controverso e de tamanho impacto para a sociedade. Diante da análise das consequências ela pode até trazer benefícios para a sociedade como um todo, diminuindo a criminalidade ou servindo como ferramenta de controle e repreensão da população. Porém, por outro lado se estaria também quantificando a vida humana, o que a tornaria um bem mensurável, e a partir desse valor estabelecido poderiam se perder os princípios fundamentais da vida e conseqüentemente do convívio social.

Pode-se perceber que em cada exemplo a ser colocado na perspectiva utilitarista apresenta-se a dificuldade de se implementar a imparcialidade proposta por seus defensores, pois frequentemente existe a possibilidade de se obter diferentes pontos de vista ou diferentes cálculos de valores em virtude de sua empatia e experiências anteriores. Situações estas relacionadas à quantidade de prazer e dor provenientes de tais ações originadas de diferentes escolhas. Escolhas estas norteadas pelo método de análise das consequências apresentadas pelo consequencialismo e suas derivações, as quais sempre seguem o mesmo princípio ou método analítico, como é o caso do hedonismo.

Além do consequencialismo outra forte característica do utilitarismo é o hedonismo, que em grego significa prazer, ou seja, envolve todas as teorias que fazem referência à busca do prazer como o bem supremo do ser humano. O hedonismo começou a ser desenvolvido na Grécia antiga por pensadores como Aristipo, Eudócio e Epicuro, os quais acreditavam que as ações humanas eram decorrentes da busca pelo prazer e ausência da dor. Mas essa concepção não é tão simples quanto parece, pois, primeiramente deve-se considerar que existem diferentes tipos de prazer, para depois considerar que também existem variantes do hedonismo.

Podem ser distinguidas quatro concepções do prazer. 1) O prazer entendido como uma sensação corporal uniforme que se repete. ... 2) O prazer entendido como o que amamos, desejamos ou preferimos. ... 3) O prazer entendido como o que desejamos manter. ... 4) O prazer entendido como uma coloração agradável com muitas nuances e a polaridade geral do desprazer. (WOLF, 2003, p. 715).

Como exemplo de concepção do prazer como uma sensação corporal pode-se citar um som agradável, uma paisagem deslumbrante ou um calor aconchegante em um dia de frio, assim tem-se as sensações corporais como algo externo que é percebido pelos sentidos e geram prazer ao corpo. Para exemplificar o prazer que

amamos pode ser um pouco mais difícil, pois envolve um grau maior de subjetividade, mas mesmo assim é possível observá-lo no amor de um pai ou uma mãe para com seu filho, ou ainda no prazer obtido com a conquista de um campeonato pelo seu time de futebol. No prazer concebido pelo que desejamos manter pode estar presente o desejo de poder continuar fazendo algo que se ama, como alguém que ama seu trabalho e não deseja perdê-lo, ou ainda alguém que deseja manter uma relação afetuosa e a cultiva para que ela perdure. Por fim, o prazer visto como uma coloração agradável com muitas nuances está relacionado as sensações mentais de prazer, como um *insight*, e a polaridade geral do desprazer como uma frustração ou um medo, os quais não geram prazer ao indivíduo, mas sim dor.

Em virtude disso apresenta-se a importância de perceber que existem diferentes tipos de hedonismo, assim como existem diferentes tipos de prazer. Desta forma temos o hedonismo psicológico, que trabalha o prazer como um motivador para ação e a dor como um inibidor desta ação, de modo a direcionar o comportamento humano. Temos também o hedonismo axiológico, que além da motivação pela busca do prazer considera também os valores morais envolvidos na ação. Por fim tem-se o hedonismo normativo e suas variantes, o qual afirma que a felicidade deve ser almejada por todos os homens.

No hedonismo normativo encontramos o egoísmo, que leva as pessoas a agirem em virtude de seus interesses próprios, e o hedonismo utilitarista, o qual pode ainda ser dividido em quantitativo e qualitativo para julgar se uma ação é correta, levando ao prazer, ou errada, levando a dor. A quantitativa foi desenvolvida por Bentham, que considera o mesmo valor para todos os tipos de prazer, diferenciando-os apenas na quantidade. E a qualitativa desenvolvida por Mill, que passa a considerar também a qualidade dos prazeres. (WOLF, 2003).

O consequencialismo e seu hedonismo foram trabalhados por vários pensadores e guiaram a vida de muitas pessoas por séculos. A análise das consequências das ações e a busca pelo prazer e ausência da dor sempre foram princípios seguidos por grande parte da humanidade. Sendo assim o que delimitou o início de uma nova ética normativa para o pensamento utilitarista foi que Bentham pegou ideias já existentes e deu a elas um ar normativo, transformando-as em uma receita para a determinação da felicidade, fazendo isso através do seu cálculo hedonista. Fato esse que resultou em um marco para a fundação da doutrina

utilitarista proposta por Jeremy Bentham e colaborou com o direito, e com os legisladores em prol da criação de leis que beneficiassem o maior número de pessoas possível.

Bentham não separa sua crítica da legislação de sua teoria hedônica de valor. Dentro de sua visão, expõe as falhas de uma lei ou instituição considerando o equilíbrio de prazer e a dor produzida, em contraste com o equilíbrio de prazer e dor que poderia resultar de uma lei diferente. Mas a aparente plausibilidade de algumas das críticas de Bentham podem não depender desses cálculos hedônicos. Se acharmos que as leis pobres do século XIX simplesmente aumentam a dependência e destituição dos pobres, que são forçados a entrar em casas de trabalho, não podemos parar para calcular o quão doloroso eles acham sua situação, e o quão agradáveis as pessoas a acham, em comparação com o equilíbrio de prazer e dor que resultariam de medidas mais efetivas. Provavelmente somos influenciados pelo pensamento de que algumas pessoas sofrem imerecidas privações, e que outras pessoas mostram indiferença ou insensibilidade. (IRWIN, 2009, p. 412-413).⁸

Assim o utilitarismo de Bentham e seu legado deixaram muitos ensinamentos para as gerações futuras, sejam para a teoria do direito, sejam para a própria teoria utilitarista e seus seguidores. Ensinamentos estes que podem ser expressos em três princípios básicos segundo Tim Mulgan:

O princípio de utilidade diz aos legisladores para produzirem leis que maximizem a felicidade;
O princípio de utilidade é a única base possível para a moralidade – qualquer outra coisa é meramente “capricho”;
O princípio de utilidade deve definir todos os direitos legais. A ideia de direitos naturais é um “absurdo sobre pernas de pau”. (MULGAN, 2012, p. 64).

⁸ Tradução de: *Bentham does not separate his criticism of legislation from his hedonic theory of value. In his view, we expose the flaws in a law or institution by considering the balance of pleasure and pain it produces, in contrast to the balance of pleasure and pain that might result from a different law. But the apparent plausibility of some of Bentham's criticisms may not depend on these hedonic calculations. If we find that 19th-century Poor Laws simply increase the dependence and destitution of the poor who are forced into workhouses, we may not stop to calculate how painful they find their situation, and how pleasant other people find it, in comparison with the balance of pleasure and pain that would result from more effective measures. We are probably influenced by the thought that some people suffer undeserved deprivation, and that other people display indifference or callousness.*

3 MILL: O REFINAMENTO DO UTILITARISMO

O utilitarismo fundado por Jeremy Bentham se mostrou uma metodologia ética adequada para a orientação das pessoas em relação às escolhas das ações que propiciem a maior felicidade para o maior número de pessoas, fazendo isso através da quantificação dos prazeres proporcionados por tais ações. Não obstante isso, esse método sofreu várias críticas por causa de certa insensibilidade em relação ao trato das ações e John Stuart Mill entrou em cena para melhorar a imagem do utilitarismo e torná-lo mais humanizado.

Mill propôs alternativas ao pensamento dogmático de Bentham, buscando com isso refinar o modelo utilitarista e torná-lo menos rígido e mais aplicável ao dia a dia das pessoas. As principais diferenças propostas por Mill estão em defender uma qualificação dos prazeres ao invés de apenas uma quantificação, fugindo assim da acusação de uma visão taxada de animalésca por seus críticos. Além da defesa da existência de princípios secundários e da intercessão em prol de um papel mais atuante das mulheres no cenário social e político.

3.1 Principais elementos biográficos de John Stuart Mill

O pai de John Stuart Mill, James Mill (1773 - 1836), também foi um filósofo. James veio para a Inglaterra, vindo de uma localidade pobre na Escócia, e devido às ambições de sua mãe, o nome da família logo foi alterado de Milne para Mill; ela também procurou aproximar-se das pessoas dignas do local. Desta forma James teve que se esforçar muito também, com 17 anos passou a ser tutor da filha de Sir John Stuart e foi enviado para a Universidade de Edimburgo. Já formado, em 1802, Sir John Stuart ofereceu-lhe um trabalho em Londres como editor e escritor, três anos depois se casou com Harriet Burrow, a qual era filha de uma viúva de *Yorkshire*, e que possuía uma grande riqueza proveniente da administração de um hospital psiquiátrico. O filho resultante da união entre James e Harriet nasceu logo depois, e foi chamado de John. (CRISP, 1997).

John Stuart Mill nasceu em 20 de maio de 1806 em Londres, sua educação começou em casa por intermédio de seu pai James Mill. Assim não frequentou nenhuma escola formal da época, uma vez que seu pai era filósofo e economista

orientado por Bentham, desta forma James Mill se tornou responsável pela educação de seu filho. Desde cedo aprendeu grego e latim, ainda jovem dominava os princípios da economia, matemática, lógica e história. Quando tinha quatorze anos foi para a França e ficou hospedado na casa do irmão de Bentham, Samuel Bentham, para dedicar-se aos estudos de química e biologia, além de continuar a desenvolver problemas matemáticos. No ano seguinte, 1821, retornou para a Inglaterra e entrou em contato com *O Tratado de Legislação*, obra escrita por Etienne Dumont sobre as doutrinas de Jeremy Bentham. Através desse livro Mill começou a ordenar seus pensamentos e orientar seu objetivo de vida para uma reforma mundial. Desta forma começou a coordenar discussões em grupo, escrever para a imprensa, elaborar artigos críticos sobre as leis, as decisões do sistema judiciário e sobre os debates parlamentares da época. (GIANNOTTI, 1989).

Em 1823 começou a trabalhar com seu pai na Companhia das Índias Orientais, entornado dos vinte anos foi atingido por uma profunda depressão nervosa em virtude de sua rígida educação. A poesia foi quem o ajudou a recuperar-se deste problema de saúde, principalmente a poesia de William Wordsworth (1770 - 1850), além da poesia Mill teve contato também com o positivismo e a filosofia das ciências naturais. Esse contato com a poesia serviu como norteador de seus sentimentos, e auxiliado pelos ensinamentos de Auguste Comte e Saint-Simon, Mill elaborou algumas de suas ideias principais para o desenvolvimento de sua filosofia utilitarista. Recuperado de seus problemas de saúde Mill manteve-se fiel aos princípios de Bentham, e, após a morte de seu pai, em 1836, foi promovido para o cargo de supervisor na Companhia das Índias Orientais. (NEIVA, 2007).

No ano de 1851 se casou com Harriet Taylor (1807 - 1858), uma amiga de longa data cujo marido recém havia morrido, e em 1854 viajou para França e Grécia com o objetivo de recuperar-se novamente de problemas em relação a sua saúde. Mill retira-se da Companhia das Índias Orientais em 1858 devido à morte de sua esposa. Em 1865 passa a fazer parte do Parlamento Inglês, eleito pelo distrito de *Westminster*, sendo também nomeado reitor da Universidade de *Saint Andrew*. Inspirado por sua esposa, Mill se tornou um defensor dos direitos das mulheres. Como desdobramento disso, denunciou a opressão sofrida por elas no âmbito social e, em 1867, propôs ao parlamento que o voto político das mulheres fosse adotado, porém não obteve sucesso com tal iniciativa. Mill passou os últimos anos de sua vida com sua enteada Helen em *Avignon* na França, onde ficavam seis meses por

ano desde a morte de sua esposa. Ele continuou escrevendo ensaios e cartas, até a sua morte, que se deu em 8 de maio de 1873 devido a uma forte febre.

Dentre as principais obras escritas por John Stuart Mill destacam-se: *Sistema de Lógica Dedutiva* (1843), *Princípios de Economia Política* (1848), *A Liberdade* (1859), *Utilitarismo* (1861), *O Governo Representativo* (1861) e *Sujeição das mulheres* (1869). (NEIVA, 2007).

O utilitarismo foi a religião de Mill. Ele foi criado pelo seu pai na fé utilitarista e permaneceu fiel a ela por toda a sua vida. Como muitos filósofos antes e depois, Mill procurou prover a sua religião com uma defesa filosoficamente sofisticada, informada pelas principais correntes filosóficas e culturais de sua época. (MULGAN, 2012, p. 31).

John Stuart Mill, frequentemente, é considerado o maior filósofo de língua inglesa do século XIX por sua contribuição e dedicação às diversas áreas em que atuou. Seja com suas publicações, seja por sua dedicação ao desenvolvimento do utilitarismo ou pela defesa dos direitos das mulheres. Mill foi um pensador a frente de seu tempo, que se entregou de corpo e alma para perpetuar seus ideais filosóficos morais e políticos.

Ele não conseguiu converter o mundo para o utilitarismo, e, isso pode ter sido bem demonstrado para ele, em suas tentativas para trazer reformas radicais no sistema político britânico. Mas Mill percebeu que nenhuma pessoa poderia ter alcançado esses objetivos, e suas últimas palavras para sua enteada sugerem que ele estava satisfeito com suas realizações: "Você sabe que eu fiz o meu trabalho". (CRISP, 1997, p. 7).⁹

3.2 A evolução de Mill em relação ao utilitarismo de Bentham

Diante do legado deixado por Bentham, Mill se preocupou em defender o princípio da utilidade como um primeiro princípio ético, e esclarecer os mal-entendidos herdados de Bentham e evidenciados por seus críticos. A crença de Mill era que os críticos do utilitarismo estavam nesta posição ofensiva e ríspida por não conhecerem a fundo seus princípios teóricos.

⁹ Tradução de: *He had failed to convert the world to utilitarianism, and, it may well have appeared to him, in his attempts to bring about radical reform in the British political system. But Mill realized that no single person could have accomplished these goals, and his last words to his step-daughter suggest that he was satisfied with his achievements: 'You know that I have done my work'.*

Mill acredita que o utilitarismo é um nome ruim porque as pessoas estão erradas sobre as suas implicações. Ele não desafia diretamente a psicologia hedonista e a epistemologia moral sentimentalista do utilitarismo anterior; nem enfatiza ou defende-os. Para ele as críticas não entendem a base teórica das reivindicações normativas utilitárias, que não dependem de doutrinas controversas em psicologia e epistemologia. (IRWIN, 2009, p. 398-399).¹⁰

Apesar do assédio de seus críticos, Bentham acreditava fielmente em sua teoria utilitarista, porém ela apresenta algumas falhas e mostra-se de maneira incompleta na visão de muitos pensadores. John Stuart Mill, seguindo os ensinamentos de Bentham procurou uma forma de fazer evoluir o pensamento utilitarista, tornando-o mais completo e humano. Para isso Mill trabalhou em pontos nos quais Bentham acreditava serem dogmáticos em relação a sua doutrina.

Mill não estava satisfeito com as indiretas, e em grande medida negativas, defesas de Bentham do utilitarismo. Ele buscou uma *prova* do princípio utilitarista. Para um empirista, isso significa derivar o princípio da observação. Isso daria ao utilitarismo um embasamento mais sólido do que o de qualquer um dos seus oponentes. Os principais oponentes de Mill em ética eram os intuicionistas – para os quais “a distinção entre o certo e o errado é um fato último e inexplicável, percebido por uma faculdade especial, conhecida como um ‘senso moral’”. (MULGAN, 2012, p. 32).

Diante deste contexto Mill aperfeiçoou o utilitarismo através principalmente de seu empirismo, primeiramente com a introdução da qualificação dos prazeres, não se restringindo somente a quantificação de intensidade e durabilidade, como Bentham fazia anteriormente. Também evoluiu no aprimoramento de outros conceitos utilitaristas de Bentham, como o cálculo da felicidade e a possibilidade de princípios secundários.

Diferentemente de Bentham, que estabeleceu uma fórmula para o cálculo da felicidade, Mill preferiu estabelecer um princípio da utilidade que deve servir como orientação primeira e geral para nossas ações, considerando o prazer, e por consequência a felicidade, como fim último de nossas ações bem como a dor como o mal maior a ser evitado ao mesmo tempo em que admite a possibilidade de princípios secundários, como o princípio da liberdade, cuja observância contribuiria para a consecução do fim maior que é a maior felicidade do maior número. (NAHRA, 2014, p. 275).

¹⁰ Tradução de: *Mill believes that utilitarianism gets a bad name because people are wrong about its implications. He does not directly challenge the hedonist psychology and sentimental moral epistemology of earlier utilitarianism; nor does he emphasize or defend them. In his view, critics have misunderstood the theoretical basis of utilitarian normative claims, which does not depend on controversial doctrines in psychology and epistemology.*

As diferenças nos termos são nítidas, enquanto Bentham utilizava palavras como “fórmula” e “cálculo da felicidade” para definir a utilidade das ações em sua teoria, Mill se apropriava de palavras com um caráter menos sistêmico, para se referir à utilidade das ações. Mill não se apoiou em cálculos específicos, mas sim em orientar as pessoas em suas ações para que as consequências de tais ações pudessem levar o indivíduo a alcançar a felicidade. Os princípios secundários defendidos por Mill tiveram um papel importante nisso, onde além do princípio da liberdade, ele introduziu também o princípio secundário do senso comum, o que reforçava seu ponto de vista empírico na busca pelo prazer.

Ele introduz princípios secundários em sua discussão sobre o cálculo utilitarista das consequências. Nos princípios do senso comum, ele argumenta que refletem nossa experiência passada diante das consequências de nossas ações, e assim eles servem como princípios secundários para o utilitarista. Ele tem razão ao afirmar que a experiência passada nos informa sobre algumas das consequências das ações. Mas ele assume que as consequências que conhecemos do passado constituem a experiência que é relevante para o utilitarismo. A suposição é verdadeira apenas se os princípios de senso comum refletem a nossa experiência sobre os efeitos das ações na maximização do prazer geral. (IRWIN, 2009, p. 411).¹¹

A intenção de Mill em acrescentar tais princípios secundários ao utilitarismo é o de evitar uma submissão cega à doutrina de Bentham. Para ele as pessoas não devem ser guiadas apenas pelo princípio da utilidade em todas as suas ações diárias. As pessoas devem recorrer ao princípio da utilidade como um teste para observar se suas ações estão corretas ou não, se elas são moralmente aceitas e conduzem ao prazer, sem deixar que o indivíduo abdique de sua liberdade de escolha.

Os princípios secundários devem oferecer alguma proteção contra o fanatismo utilitário que Mill considera como uma má interpretação fácil do princípio utilitarista. Em sua opinião nós interpretaremos mal o utilitarismo se tomarmos o princípio da utilidade para nos dizer o que devemos apontar em todas as ações. O princípio da utilidade nos dá o "teste de conduta", mas não prescreve o "motivo exclusivo" sobre o qual devemos agir. O entusiasmo de Comte pelo que ele chamada de "altruísmo" leva-o a desfocar essa distinção entre teste e motivo. O protesto de Mill contra

¹¹ Tradução de: *He introduces secondary principles into his discussion of the utilitarian calculation of consequences. Common-sense principles, he argues, reflect our past experience of the consequences of actions, and so they serve as secondary principles for the utilitarian. He is right to claim that past experience informs us about some of the consequences of actions. But he assumes that the consequences we know about from our past experience are those that are relevant to utilitarianism. The assumption is true only if common-sense principles reflect our experience of the effects of actions on maximum overall pleasure.*

Comte é destinado a deixar espaço em uma estrutura utilitarista para fins que não são essencialmente morais em tudo. Mas também deve deixar espaço para motivos e objetivos que pertencem a moral não utilitarista. (IRWIN, 2009, p. 414).¹²

O problema está em relacionar os princípios primários, das ações guiadas pela utilidade, pela busca da obtenção do prazer e pela evitação ou minimização da dor, com os princípios secundários, muitos os acham contraditórios, mas eles não são. Mill acredita que originalmente somos guiados pelos princípios secundários e no momento em que esses princípios não se tornam mais eficientes para guiar nossas ações a solução é recorrer aos princípios primários. Assim, para Mill os princípios de moralidade, liberdade e senso comum são os que normalmente as pessoas seguem em seu dia a dia, e quando estes entram em conflito, é hora de recorrer aos primários, para que com isso se obtenha uma avaliação mais específica da situação que se apresenta. Com esta distinção pode-se dizer que o princípio utilitarista para se calcular o prazer ou a dor deve ser aplicado em casos pontuais, e não em todas e quaisquer ações humanas, justamente por se tratar de algo sistemático, inviabilizando a vida cotidiana.

Aqueles que adotam a utilidade como padrão raramente podem aplicá-la de verdade, exceto através dos princípios secundários; aqueles que os rejeitam, geralmente não fazem mais do que transformar esses princípios secundários em princípios primários, isto é, quando dois ou mais dos princípios secundários conflitam, é que se torna necessário um apelo direto a um princípio primário; e então começa na prática a importância da controvérsia utilitarista; que é, em outros aspectos, uma questão de arranjo e subordinação lógica, em vez de prática; importante principalmente em um ponto de vista puramente científico, por causa da unidade sistemática e coerência da filosofia ética. (MILL, 1969, p. 111).¹³

¹² Tradução de: *Secondary principles should offer some protection against the utilitarian fanaticism that Mill regards as an easy misinterpretation of the utilitarian principle. In his view, we misinterpret utilitarianism if we take the principle of utility to tell us what we should aim at in every action. The principle of utility gives us the 'test of conduct', but does not prescribe the 'exclusive motive' on which we are to act. Comte's enthusiasm for what he calls 'altruism' leads him to blur this distinction between test and motive. Mill's protest against Comte is intended to leave room in a utilitarian framework for ends that are not essentially moral at all. But it should also leave room for motives and aims that belong to non-utilitarian morality.*

¹³ Tradução de: *Those who adopt utility as a standard can seldom apply it truly except through the secondary principles; those who reject it, generally do no more than erect those secondary principles into first principles, "It is when two or more of the secondary principles conflict, that a direct appeal to some first principle becomes necessary; and then commences the practical importance of the utilitarian controversy; which is, in other respects," a question of arrangement and logical subordination rather than of practice; important principally in a purely scientific point of view, for the sake of the systematic unity and coherency of ethical philosophy.*

Essa aplicação de conceitos no dia a dia deve estar relacionada às questões que estão ao alcance das pessoas, não adianta discutir sobre coisas que se encontram distantes da realidade ou que não afetam diretamente o indivíduo. Esse tipo de situação se torna uma perda de tempo, e vazia em relação às ações que efetivamente se apresentam e afetam a realidade dos envolvidos. Não faz sentido fazer uma análise sobre a fome na África se não pudermos efetivamente fazer algo a respeito ou se essa situação não nos afeta diretamente com relação às ações que realizamos.

Da mesma forma que esta relação e transição entre os princípios primários e secundários podem ser intrínsecas também nas questões de caráter e educação das pessoas. O discernimento para com estas questões se torna essencial para que não ocorram desvios de conduta ou desentendimentos sobre as questões ou conceitos utilitaristas. Para que tal transcendência possa ser alcançada Mill sustenta que os indivíduos devem colocar suas preferências em pé de igualdade com os posicionamentos dos demais indivíduos da sociedade. Contudo, para que essa situação possa ser realmente analisada é necessário que as pessoas sejam educadas com ênfase no desenvolvimento do seu intelecto, criando hábitos culturais e de leitura que conduzam o indivíduo a criar um esclarecimento mental sobre tais questões primárias e secundárias do utilitarismo. “Mesmo a doença, o mais intratável dos inimigos, pode ver indefinidamente reduzida a sua dimensão graças a uma boa educação, tanto física como moral...” (MILL, 2005, p. 56).

Além disso, Mill enfatiza a experimentação crítica desenvolvida com um hábito consolidado, como a melhor forma de confrontar diferentes opiniões. Pois quando se tem conhecimento sobre todas as versões de todos os lados de uma determinada situação, fica mais fácil formar um juízo condizente a respeito disso. E isso a despeito de que esse tipo de análise possa parecer ser prepotente ou soberba em relação à verdadeira realidade que possa estar sendo representada nas diferentes situações apresentadas. Para Mill as pessoas que apresentam um maior grau de instrução e conseqüentemente tenham também um caráter moral consolidado, são as que estão realmente mais preparadas para realizar tal tarefa julgamental e analítica dentro da sociedade.

O hábito firme de corrigir e completar a própria opinião pelo confronto com a dos outros, muito ao contrário de causar dúvida e hesitação no levá-la à prática, constitue o único fundamento estável de uma justa confiança nela.

Porque, conhecendo tudo que se possa dizer, ao menos obviamente, do ponto de vista oposto, e tendo tornado posição contra todos os adversários com a consciência de ter procurado objeções e dificuldades, ao invés de evitar, e de não ter interceptado nenhuma luz que de qualquer quadrante pudesse ser lançada sobre o assunto, um homem se acha no direito de considerar o seu juízo melhor que o de qualquer pessoa ou multidão que não tenha procedido da mesma forma. (MILL, 2006, p. 49-50).

Mill quase sempre seguiu os princípios utilitaristas de Bentham, porém sua visão não se tornou dogmática em relação a estes ensinamentos. “Mill, tal como Bentham, propõe uma perspectiva hedonista do valor. De acordo com o hedonismo, o bem-estar consiste unicamente no prazer e na ausência de dor.” (GALVÃO, 2005, p.14). Consequentemente “A doutrina utilitarista é a de que a felicidade é desejável, e é a única coisa desejável, como um fim; todas as outras coisas são desejáveis apenas enquanto meios para esse fim.” (MILL, 2005, p. 75).

O primeiro ponto presente na evolução utilitarista de Mill está no fato dos prazeres não serem mais classificados unicamente quanto a sua intensidade e duração. Segundo Mill, os prazeres são diferenciados pela sua qualidade e classificados em superiores, que denotam aos prazeres intelectuais, e inferiores, que se restringem aos corpóreos. Desta forma, a avaliação dos prazeres passou a ter além da quantidade também um caráter de qualidade, assim como qualquer outra coisa que possa ser perceptível ao homem.

É totalmente compatível com o princípio da utilidade reconhecer o facto de que alguns tipos de prazer são mais desejáveis e valiosos do que outros. Seria absurdo supor que, enquanto que na avaliação de todas as outras coisas se considera tanto a qualidade como a quantidade, a avaliação dos prazeres dependesse apenas da quantidade. (MILL, 2005, p. 49).

Desta forma, Mill justifica-se ressaltando que um prazer pode ser mais valioso ou desejável do que outro à medida em que possa ser preferido por um maior número de pessoas. Defendendo assim que as ações preferíveis são aquelas que geram prazer para o maior número de seres humanos.

Se me perguntarem o que quero dizer com diferença de qualidade entre os prazeres, ou o que torna um prazer mais valioso do que outro – entendido como mero prazer -, exceto ser em maior quantidade, só me caberá dar a única resposta possível. De dois prazeres, se houver um que seja claramente preferido por todos ou quase todos os que experimentam um e outro, independentemente de qualquer sentimento ou obrigação moral a preferi-lo, este será o prazer mais desejável. (MILL, 2000, p.189).

A pluralidade para conceber os prazeres preferíveis está presente também quando Mill justifica o sacrifício de si como ato moral. Assim como esse sacrifício é moralmente aceito quando corrobora para a felicidade de um número maior de pessoas, caso contrário torna-se inútil. Essa resposta à aceitação do sacrifício como ato moral é controversa para os críticos do utilitarismo, pois como pode ser plausível aceitar uma ação como sendo moralmente correta se ela não resultar em prazer ou não produzir prazer ao indivíduo. Porque a felicidade geral sobrepõe aos interesses e felicidade individual, isso seria o ponto questionável para a aceitação do sacrifício na ação moral dos utilitaristas.

A moralidade utilitarista reconhece nos seres humanos o poder de sacrificarem o seu próprio maior bem pelo bem de outros. Só se recusa a admitir que o próprio sacrifício seja um bem. Para ela, um sacrifício que não aumenta nem tende a aumentar o total de felicidade é um desperdício. A única renúncia pessoal que aplaude é a devoção à felicidade - ou a alguns meios para a felicidade - dos outros, seja da humanidade considerada colectivamente ou de alguns indivíduos dentro dos limites impostos pelos interesses colectivos da humanidade. (MILL, 2005, p.57).

Para que este tipo de moralidade possa ser concebida dentro do utilitarismo se faz necessária mais uma vez retomar os conceitos de moral. Mill explica que a moral é composta por uma autoeducação e por uma regulação das ações externas. Pode-se entender com isso que a moral pode ser posta à prova por nossa razão, e colocada em um patamar de desenvolvimento, assim como o caráter ou as virtudes, ficando estes responsáveis por vigiar os desejos, permitindo-os ou coibindo-os de acordo com os próprios critérios morais. Sem compreender esta relação fica difícil aceitar o sacrifício como uma ação que possa ser plausível para o utilitarismo.

A moral consiste de duas partes. Uma delas é a autoeducação; o treinamento, pelo próprio ser humano, de suas afeições e vontades. Esse departamento está em branco no sistema de Bentham. A outra parte e coigual, a sistematização de suas ações externas, devem ser completamente impertinentes e imperfeitas sem a primeira; pois como podemos julgar quantos homens uma ação afetar, e até mesmo os interesses mundanos de nós mesmos ou dos outros, a menos que tomemos, como parte da pergunta, sua influência na normatização de nossas afeições e desejos. (MILL, 1969, p. 98).¹⁴

¹⁴ Tradução de: *Morality consists of two parts. One of these is self-education; the training, by the human being himself, of his affections and will. That department is a blank in Bentham's system. The other and coequal part, the regulation of his outward actions, must be altogether halting and imperfect without the first; for how can we judge in what manner many an action will affect 'even' the worldly interests of ourselves or others, unless we take in, as part of the question, its influence on the regulation of our, or their, affections and desires.*

Porém a moralidade não é aceita por si só como um princípio único e primário da utilidade. Para Mill existem princípios secundários originados na experiência que guiam a chamada moralidade comum. O uso dos princípios primários dependem dos secundários, e caso os secundários estejam bem definidos não existe a necessidade de se questionar os princípios morais do indivíduo. Essa aceitação da existência dos princípios secundários em Mill mostra a sua preocupação em defender a moral utilitarista, preocupação esta que não estava presente nos escritos de Bentham. Mas com relação à utilidade das ações e suas obrigações morais ambos concordavam.

Se a utilidade é a fonte última das obrigações morais, pode ser invocada para escolher um deles quando as suas exigências são incompatíveis. Embora a aplicação do padrão possa ser difícil, é melhor tê-lo do que não ter qualquer padrão: noutros sistemas, nos quais todas as leis morais aparentam uma autoridade independente, não há qualquer árbitro comum que esteja autorizado a interferir entre elas, as suas pretensões a ter precedência sobre as outras repousam em pouco mais do que sofismas, e, a não ser que estejam determinadas, como geralmente acontece, pela influência não reconhecida de considerações de utilidade, dão carta branca aos desejos e parcialidades pessoais. Devemos recordar que só é forçoso recorrer a primeiros princípios nos casos de conflito entre princípios secundários. Em todos os casos de obrigação moral há princípios secundários envolvidos, e, se só houver um deles, raramente pode existir qualquer dúvida genuína quanto à sua identidade na mente de uma pessoa que reconheça o próprio princípio. (MILL, 2005, p. 66).

Assim as diferenças entre Mill e Bentham representam mais uma evolução e humanização da ética utilitarista do que novos princípios ou ideais. Os ajustes feitos por Mill procuraram aprofundar questões que anteriormente não eram consideradas, o que o levou a ser conhecido por seu utilitarismo qualitativo em virtude destas novas considerações. A flexibilidade também fez parte do pensamento de Mill, aceitando a existência de princípios secundários e a importância de um papel mais relevante da mulher perante a sociedade. Talvez sem a influência de Mill sobre a ética utilitarista ela estivesse parada no tempo e não estaria tão presente, representada e/ou identificada com o atual cenário social.

Após a morte de Bentham em 1832, Mill se sentiu mais livre e menos culpado para escrever críticas a respeito das ideias de seu mentor. Em 1838 Mill realizou um ensaio onde coloca alguns pontos da ética de Bentham à prova, expondo com isso seu real pensamento sobre o trabalho de uma pessoa que sempre admirou. Suas principais e mais duras observações ficam focadas justamente na natureza moral do homem, a qual Bentham deixara de lado.

O assim chamado sentimento de aprovação ou desaprovação moral, quer seja para nós mesmos ou para nossos companheiros, ele parece não conhecer a existência; e nem a palavra auto-respeito, nem a ideia para a qual a palavra é aplicada, ocorre uma só vez, na medida em que nossa lembrança alcança, em todos os seus escritos.

Nem é apenas sobre a parte moral da natureza do homem, no sentido estrito do termo - o desejo de perfeição, ou o sentimento de aprovação ou de acusação da consciência - que ele negligencia; ele pouco reconhece como um fato da natureza humana, a busca de qualquer outro fim ideal por si só. (MILL, 1969, p. 95).¹⁵

¹⁵ Tradução de: *The feeling of moral approbation or disapprobation properly so called, either towards ourselves or our fellow-creatures, he seems unaware of the existence of; and neither the word self-respect, nor the idea to which that word is appropriated, occurs even once, so far as our recollection serves us, in his whole writings.*

Nor is it only the moral part of man's nature, in the strict sense of the term - the desire of perfection, or the feeling of an approving or of an accusing conscience - that he overlooks; he but faintly recognises, as a fact in human nature, the pursuit of any other ideal end for its own sake.

4 CLASSIFICAÇÃO DOS PRAZERES

A classificação dos prazeres a ser abordada destaca a visão de John Stuart Mill a respeito do assunto. Ela ressalta o valor e a qualificação dos prazeres, juntamente com sua divisão entre os superiores e inferiores, assim como a liberdade de escolha do homem diante dos tipos de prazeres. Questões estas que não estavam presentes e não eram trabalhadas nos estudos anteriores realizados por Jeremy Bentham e que passaram a ganhar importância após as publicações feitas por Mill.

Mill defendia que os prazeres não poderiam ser apenas quantificados basicamente quanto a sua intensidade e duração, como pregava Bentham, mas que eles deveriam também ser **qualificados**. Essa qualificação proposta por Mill dividiu os prazeres em superiores, que atingem os chamados prazeres da alma, e os prazeres inferiores, os quais estão presentes nos prazeres corpóreos. Quanto ao valor e à qualidade, deve estar presente a distinção de Mill entre quais dos prazeres devem ser preferíveis e quais devem ser evitados ou apreciados em menor quantidade para o estabelecimento da felicidade do indivíduo. Assim como a liberdade de escolha influencia no gozo de tais prazeres ou no hábito da escolha entre os diferentes tipos de prazer.

4.1 Prazeres superiores e inferiores

Os prazeres não são todos iguais, e Mill, diferentemente de Bentham, afirma que os prazeres são diferenciados pela sua natureza e qualidade, e não somente pela sua intensidade e durabilidade. Assim Mill não fica preso ao hedonismo de Bentham e diz ainda que alguns prazeres são preferíveis aos demais em função das faculdades superiores dos seres comparativamente a dos demais seres vivos, pois no caso dos seres humanos é preciso distinguir prazeres distintos em função da diferenciação de nossa constituição, o que leva à hierarquização dos prazeres em superiores e inferiores.

A inovação essencial de Mill relativamente ao hedonismo de Bentham consiste em defender que, além da duração e da intensidade, temos de atender à qualidade dos prazeres. Alguns tipos de prazer são, em virtude da sua natureza, intrinsecamente superiores a outros. E, para maximizarmos o

nosso próprio bem-estar, devemos dar uma forte preferência aos prazeres superiores, recusando-nos a trocá-los por uma quantidade idêntica ou mesmo maior de prazeres inferiores. (GALVÃO, 2005, p. 15).

Mas o que diferencia estes prazeres e torna preferíveis os que são superiores é algo que está presente em sua relação com a natureza humana. Natureza esta na qual os prazeres intelectuais são chamados superiores, deixando em segundo plano os chamados prazeres corpóreos ou também conhecidos como inferiores. Esta constatação foi bem observada por Galvão (2005, p.16), “Em termos gerais, Mill identifica os prazeres inferiores com os prazeres corporais e considera superiores aqueles prazeres que resultam do exercício das nossas faculdades intelectuais.”

Estando os prazeres inferiores relacionados às sensações corpóreas pode-se dizer que qualquer animal, humano ou não, é capaz de apreciá-los. Caso o homem se deleite apenas em gozar deste tipo de prazer, este estará se comportando apenas como um animal irracional. Estes prazeres são mais fáceis de serem alcançados e satisfeitos, justamente por causa de sua simplicidade e natureza animal, mas o homem como portador de faculdades superiores não pode se dar por satisfeito apenas com esse tipo de sensação.

É incontestável que o ser cujas capacidades de deleite sejam de grau inferior tenha maiores chances de vê-las plenamente satisfeitas, enquanto um ser dotado de capacidades superiores sempre sentirá como imperfeita a felicidade que lhe é possível buscar no mundo tal como o existe. ... É melhor ser uma criatura humana insatisfeita do que um porco satisfeito; é melhor ser Sócrates insatisfeito do que um tolo satisfeito. (MILL, 2000, p. 191).

Para as pessoas de modo geral, abre-se um leque infindável de opções quando se trata de satisfazer os prazeres inferiores, seja degustando uma boa comida, ou um bom vinho, seja relaxando em um banho ou aproveitando uma roupa nova. As opções são vastas e variadas, podendo agradar a todos os gostos e desejos, assim como se agrada a um animal. Mas quando se trata de prazeres superiores não é que as opções fiquem reduzidas, o que ocorre é que o seu acesso se dificulta por não se tratar de algo tão imediato como os inferiores. O gozo dos prazeres superiores requer que a pessoa esteja disposta a vivenciar uma experiência prazerosa que não está diretamente ligada a um bem de consumo, por exemplo. Esses que são conhecimentos também como prazeres relacionados à alma, são vivenciados quando a mente é estimulada e o intelecto se sobressai de

modo a gerar prazer, seja com a leitura de um livro, aprendendo coisas novas com os estudos, trocando experiências ou ainda assistindo a documentários, filmes ou outros que estimulem nossa percepção mental e prazer intelectual.

Mas a disponibilidade indiscriminada e de fácil acesso dos chamados prazeres inferiores a todos pode se tornar um obstáculo caso as autoridades políticas não se preocupem em satisfazer ambas as necessidades da população, as físicas e as intelectuais. Normalmente o governo se preocupa em atender as necessidades básicas e oferecer um acesso mais fácil e direto aos prazeres do corpo do que aos prazeres da alma, que por sua vez exigem um atendimento mais especializado e individualizado para satisfazer as diferentes necessidades e desejos das pessoas. Terence Irwin observou este fato quando se preocupou em relacionar o aumento da população com o atendimento das necessidades dessa população, e percebeu que os prazeres superiores não aumentavam na mesma proporção que a população.

Uma maior quantidade de prazer pode resultar de uma política de aumento da população de animais capazes de experimentar prazer sem consumir muitos recursos naturais; mas esta política pode não garantir a multiplicação de prazeres superiores. (IRWIN, 2009, p. 404).¹⁶

Por serem mais fáceis de satisfação, os prazeres inferiores podem ser preferíveis e desejáveis pela maioria dos homens. Entretanto os homens que são seduzidos e conduzidos apenas por seus desejos e sensações de satisfação imediata acabam por gozarem de uma felicidade enganosa e superficial, um prazer momentâneo. Um prazer inferior, como a dependência de uma droga para nossos corpos e mentes, desorientando o seu raciocínio e os princípios da sociedade humana, levando a uma vida considerada pobre.

A vida seria uma coisa pobre, muito mal fornecida de fontes de felicidade, se não houvesse esta provisão da natureza pela qual objectos inicialmente indiferentes, mas que conduzem ou estão associados de outro modo à satisfação dos nossos desejos primitivos, tornam-se em si mesmos fontes de prazer mais valiosas do que os prazeres primitivos devido à sua permanência, ao espaço da existência humana que são capazes de abranger e até à sua intensidade. (MILL, 2005, p. 78).

¹⁶ Tradução de: *A greater quantity of pleasure might result from a policy of increasing the population of animals capable of experiencing pleasure without consuming too many natural resources; but this policy might not ensure the multiplication of higher pleasures.*

Desta forma o homem não deve seguir apenas seus desejos primitivos e procurar satisfazê-los a qualquer preço. Como ser racional e social o homem almeja algo a mais para satisfazer-se por completo. Este algo a mais está presente nos prazeres superiores ou aqueles decorrentes da interação com o intelecto humano. Tais prazeres não são fáceis de ser alcançados e nem sempre estão próximos de serem conseguidos, sendo assim existe um maior grau de sofrimento envolvido na busca destes prazeres, mas mesmo assim continuam sendo mais aprazíveis que os outros.

Um ser com faculdades superiores precisa de mais para ser feliz, provavelmente é capaz de um sofrimento mais agudo e certamente é-lhe vulnerável em mais aspectos. Mas, apesar destas desvantagens, não pode nunca desejar realmente afundar-se naquilo que se lhe afigura como um nível de existência inferior. Podemos explicar esta recusa como nos apetecer - podemos atribuí-la ao orgulho, um nome que é dado indiscriminadamente a alguns dos mais e a alguns dos menos estimáveis sentimentos de que os seres humanos são capazes; podemos referi-la ao amor à liberdade e à independência pessoal, ao qual os estóicos recorreram, fazendo dele um dos meios mais eficazes para a inculcar; ao amor ao poder ou ao amor à excitação, que realmente participam e contribuem para ela. (MILL, 2005, p. 50).

Essa dificuldade sempre será enfrentada, tendo em vista que o cultivo intelectual é mais difícil de se conseguir do que o corporal. Porém, o intelectual é mais duradouro e esclarecedor para o ser humano, já que o prazer corpóreo mesmo que seja mais intenso não se propaga pelo tempo da mesma forma que um prazer superior. A ideia é prolongar ao máximo a sensação de prazer, e sendo assim os superiores são mais eficazes para a obtenção de uma vida satisfatória do que os prazeres corpóreos.

Um estado de prazer exaltado dura apenas alguns instantes ou, em alguns casos, e com intervalos, horas ou dias, e representa o lampejo ocasional do deleite, não sua flama permanente e constante....Os principais elementos constitutivos da vida satisfeita parecem ser dois, e muitas vezes um ou outro é por si só suficiente para esse propósito: tranquilidade e emoção. (MILL, 2000, p. 196).

4.2 O valor e a qualidade dos prazeres

Os prazeres possuem diferentes características de valor, e para qualificá-los deve estar compreendida esta distinção de valor, assim como a distinção existente entre os prazeres inferiores e superiores. Diferentes classes de prazer não podem e nem devem ser comparadas, com o risco de se obter uma falsa impressão a respeito de seus valores, não há como comparar pedras com peixes ou maçãs com cavalos, pois são de naturezas diferentes.

Por isso não vou acreditar, por exemplo, que eu poderia compensar a perda de meus amigos aumentando minha diversão em banhos de sol; pois eu não acho que, em geral, uma maior quantidade de prazer em x pode ser substituída por prazer em y e não afetar minha felicidade. (IRWIN, 2009, p. 407).¹⁷

Porém, como é possível mensurar um prazer, dar um valor maior a um determinado prazer sem considerar apenas a sua natureza. Mill revela que o valor de um prazer está ligado a sua apazibilidade, e que não há como um prazer inferior se transformar em um superior através do aumento de sua intensidade e durabilidade. Dessa forma, é necessário que o prazer inferior sofra uma mudança de valor, e se qualifique de tal forma a se transformar em um prazer superior, aumentando com isso a sua apazibilidade para os homens. Assim, Mill descreve que o valor de um prazer está diretamente ligado à qualidade desse mesmo prazer em relação a outros.

De acordo com ele (Mill), o valor de uma experiência prazerosa depende não só de sua duração e intensidade, mas também de sua qualidade, sua natureza intrínseca. Mill pode sugerir, então, que o prazer superior é valioso devido à sua apazibilidade, e assim evitar a primeira parte do dilema. A única maneira pela qual o prazer inferior poderia superar o prazer superior seria que sua natureza fosse transformada para que não fosse mais um prazer inferior. Apenas aumentar sua quantidade - ou seja, a duração e intensidade da experiência prazerosa - não será suficiente. Nem precisamos que Mill se abstenha de alegar que o prazer superior é mais prazeroso e, portanto, mais valioso, desde que a conveniência principal seja descartada. Isso significa que Mill pode evitar a segunda parte do dilema, sobre o qual ele não poderia mais ser um hedonista, postulando, antes de mais nada, nenhuma propriedade de bem-estar além do prazer. Um prazer

¹⁷ Tradução de: *Hence I will not believe, for instance, that I could compensate for losing my friends by increasing my enjoyment in sunbathing; for I do not think that in general an increased quantity of pleasure in x can be substituted for pleasure in y without affecting my happiness.*

superior é bom para as pessoas puramente por causa de sua apazibilidade. (CRISP, 1997, p.33).¹⁸

Indo ao encontro do pensamento de Mill, tem-se que um prazer superior é melhor por causa de sua apazibilidade, de modo que cabe buscar estes prazeres como um fim em si mesmo, ou eles são meios para se atingir a um determinado fim, que, como consequência, é apazível. Quando se lê um livro, o objetivo é sentir prazer pela ação de se estar lendo um livro ou é sentir prazer pela história e conteúdo presentes nele. Muitas vezes a realização de uma ação para a obtenção de um determinado prazer não vem a gerar o mesmo prazer provido pelo processo de se chegar até o determinado fim.

Se ele (Mill) adere a uma concepção hedonista de fim, coisas que são desejáveis para o prazer "inerente" de serem aqueles que causam prazer por si mesmo, e aqueles que são desejáveis como "meios" devem ser aqueles que causam prazer porque eles produzem algum efeito que provoca prazer. Daí, ambos os tipos de coisas desejáveis deveriam, estritamente falando, ser um meio prazeroso. Cozinhar é um meio para produzir o jantar, enquanto comer o jantar não precisa produzir qualquer efeito adicional além do efeito de comer, a fim de produzir prazer, mas (se o fizermos bem) produzirá prazer por si só. (IRWIN, 2009, p. 399).¹⁹

Porém, como é possível mensurar um prazer, dar um valor maior a um determinado prazer se cada pessoa possui valores diferentes. Para enfrentar este problema Mill recorre à qualidade dos prazeres e à qualidade de ensino das pessoas. Segundo ele, pessoas que possuem um grau maior de educação estão mais aptas a avaliar a apazibilidade das ações humanas, e conseqüentemente qual

¹⁸ Tradução de: *According to him, the value of a pleasurable experience depends not only on its duration and intensity, but also on its quality, its intrinsic nature. Mill can suggest, then, that the higher pleasure is valuable because of its pleasurableness, and thus avoid the first horn of the dilemma. The only way in which the lower pleasure could outweigh the higher pleasure would be for its nature to be transformed so that it would no longer be a lower pleasure. Merely increasing its quantity - that is, the duration and intensity of the pleasurable experience - will not be enough. Nor need Mill flinch from claiming that higher pleasures are more pleasurable, and hence more valuable, as long as full cardinal commensurability is ruled out. This means that Mill can avoid the second horn of the dilemma, on which he could no longer be a hedonist, by postulating no good-making property other than pleasurableness in the first place. Higher pleasures are good for people purely because of their pleasurableness.*

¹⁹ Tradução de: *If he sticks to a hedonist conception of the end, things that are desirable for their 'inherent' pleasure should be those that cause pleasure by themselves, and those that are desirable as 'means' should be those that cause pleasure because they produce some effect that causes pleasure. Hence both types of desirable thing should, strictly speaking, be means to pleasure. Cooking is a means to producing dinner, whereas eating dinner does not need to produce any further effect beyond the effect of eating in order to produce pleasure, but (if we have cooked it well) produces pleasure by itself.*

prazer possui maior valor ou deve ser o preferível para se atingir um grau maior de satisfação.

Por felicidade não entendiam uma vida de êxtase, mas uma existência com dores escassas e transitórias, preenchida por momentos de muitos e variados prazeres, com uma predominância decidida dos activos sobre os passivos, e baseada no seu todo na ideia de não esperar da vida mais do que aquilo que ela nos pode dar. Para os que têm sido suficientemente afortunados para a obter, uma vida assim constituída parece ter sido sempre digna do nome de felicidade. E, mesmo hoje, uma tal existência é a sorte de muitos durante uma parte considerável das suas vidas. A deplorável educação actual e as deploráveis estruturas sociais são o único verdadeiro obstáculo que impede que esta esteja ao alcance de quase todos. (MILL, 2005, p. 54).

Desta forma, Mill afirma que uma boa educação juntamente com uma boa estrutura social facilita consideravelmente a busca por uma vida feliz. Portanto os valores devem ser medidos com relação ao prazer, levando-se em conta que sua qualidade também está associada a fatores externos ao ser humano. Como é possível que uma pessoa viva feliz em uma sociedade carente de educação e desesperada por condições dignas? Como isso será possível em vista da precariedade do sistema educacional e do sistema de saúde, juntamente com a violência, a corrupção e o desemprego, que somados causam uma grande quantidade de dor? Pois é evidente que essa dor se torna mais intensa do que os momentos de prazer, distanciando assim as pessoas de sua felicidade. Mas mesmo assim há uma saída para que se consiga atingir a felicidade nessas condições desfavoráveis. Diz Mill:

Para os que não têm afectos públicos nem privados, as excitações da vida são muito reduzidas, e, em todo o caso, perdem valor à medida que se aproxima o momento em que, com a morte, todos os interesses egoístas têm de terminar. Mas aqueles que deixam atrás de si objectos de afeição pessoal, especialmente os que cultivaram também um sentimento de solidariedade para com os interesses colectivos da humanidade, preservam um interesse pela vida que é tão intenso na véspera da morte como no vigor da juventude e da saúde. (MILL, 2005, p. 55).

Se as condições sociais não são favoráveis é possível conseguir gozar do prazer e da felicidade nas afeições pessoais. Desta forma os bens materiais perdem valor, e o que se enriquece são as relações humanas. Assim, por menor que sejam as riquezas materiais de uma pessoa, e mesmo diante das dificuldades e desigualdades sociais, é possível alcançar a felicidade. Valorizando as pessoas e cultivando os sentimentos e laços afetivos dentro da comunidade, superando as

dores materiais e acolhendo os prazeres provenientes dos sentimentos existentes nas relações entre as pessoas.

Existem muitos relatos de pessoas pobres e felizes, enquanto não se ouve isso com tanta frequência de pessoas ricas. Observa-se que pessoas moradoras de bairros menos favorecidos tendem a se considerar mais felizes, seja pelo convívio social, presença da família ou satisfação com as coisas simples da vida, como revela uma pesquisa feita pelo instituto Data Popular em 2014, a qual afirma que 94% dos moradores de favela são felizes, isso com base em uma amostragem de 2 mil pessoas em 63 favelas do Brasil.

Mas essas alegações de Mill com relação aos valores e às qualidades dos prazeres não são bem aceitas por seus críticos, os quais têm dificuldade em aceitar seus argumentos com relação a distinção entre qualidade e quantidade. Eles questionam também se sua distinção é plausível e se caso ela for aceita afirmam que isso viria a refutar a teoria utilitarista.

Segue-se as argumentações em relação à distinção, acusada de inconsistente entre qualidade e quantidade de prazer. São indagadas as questões em que Mill coloca como o prazer de maior qualidade é aquele que é preferido por todos ou quase todos que experimentaram aquele prazer. Segundo os críticos essa é uma diferenciação por quantidade e não por qualidade, mesmo quando ele diz que os juízes possuem a competência adequada para julgar tais prazeres.

É difícil defender Mill na primeira questão. Pois ele parece oferecer duas inconsistentes caracterizações de qualidade em prazer: (a) Ele diz que, por "maior qualidade", significa que se todos ou a maioria dos que têm experiência de dois prazeres preferem o segundo ao primeiro, o segundo prazer é o de maior qualidade. (b) Ele diz que se juízes competentes dos dois prazeres preferem o segundo, o segundo é o de maior qualidade. A primeira concepção de qualidade é inadequada. Não distingue a qualidade da quantidade, uma vez que não descarta a possibilidade de que minha preferência por um prazer sobre outro pode ser baseada na quantidade. Mais importante, oferece uma prova de qualidade que dá surpreendentes resultados. Se alguém que teve a menor experiência de um prazer intelectual e um sensorial, encontra um preferível a outro, a sua preferência conta, de acordo com a condição (a), ao decidir se um prazer ou o outro é maior. (IRWIN, 2009, p. 401).²⁰

²⁰ Tradução de: *It is difficult to defend Mill on the first question. For he seems to offer two inconsistent characterizations of quality in pleasure: (a) He says that by 'higher quality' he means that if all or most of those who have experience of two pleasures prefer the second to the first, the second pleasure is of higher quality. (b) He says that if competent judges of the two pleasures prefer the second, the second is of higher quality.*

Analisando a posição de Mill em relação a estas questões acredito que ele defenderia o argumento de que os juízes têm competência suficiente para avaliar tal questão, uma vez que são capazes de apreciar melhor os prazeres superiores, pois desenvolveram melhor suas capacidades intelectuais. Já a grande maioria da população não possui tal instrução formativa e nem a aspiração intelectual como a de um juiz. Mas se esta é a visão de Mill, o que justificaria ele ter dito que o prazer de maior qualidade seria o que fosse preferido pela maioria das pessoas. A não ser que isso não dependesse das escolhas, e sim das faculdades superiores envolvidas no processo, assim se agregaria uma condição de valor do prazer diante de sua justificativa. Porém para defender sua escola utilitarista, Mill volta para a quantificação quando sugere a realização de comparações e análises para a classificação dos prazeres.

A "escola intuitiva" (como Mill a chama) requer que para que sejam feitos julgamentos de valor com base em comparações e avaliações para as quais não se podem dar regras definitivas, que sejam inteligíveis e aplicáveis regras sem referência a princípios morais controversos. Mill acredita que, se quisermos evitar reivindicações contestáveis que resultem de esforços para aplicar regras indefinidas, temos um bom motivo para aceitar o utilitarismo. Sua posição está aberta a dúvidas, então, se ele apresenta o tipo de comparações e avaliações que ele atribui à escola intuitiva. Mas, uma vez que ele introduz uma abordagem hedonista qualitativa sobre o valor, ele parece apresentar semelhantes comparações e avaliações. Pois precisamos de alguma maneira identificar os maiores prazeres. Se seguirmos Mill e, portanto, atraímos a experiência dos juízes competentes, precisamos de alguma forma identificar esses juízes competentes. A identificação deles pode introduzir alegações morais discutíveis que devemos evitar, aceitando o utilitarismo. (IRWIN, 2009, p. 425).²¹

The first conception of quality is inadequate. It does not distinguish quality from quantity, since it does not rule out the possibility that my preference for one pleasure over another might be based on quantity. More important, it offers a test for quality that gives surprising results. If anyone who has had the slightest experience of an intellectual and a sensory pleasure finds one preferable to the other, their preference counts, according to condition (a), in deciding whether one pleasure or the other is higher. By this test, intellectual pleasures will be lower if most people have only a little experience of them, but on this slim experiential basis prefer sensory pleasures.

²¹ Tradução de: *The 'intuitive school' (as Mill calls it) requires us to make judgments of value on the basis of comparisons and evaluations for which we can give no definite rules that are intelligible and applicable without reference to disputable moral principles. Mill believes that if we want to avoid disputable claims that result from efforts to apply indefinite rules, we have a good reason to accept utilitarianism.*

His position is open to doubt, then, if he introduces the sorts of comparisons and evaluations that he attributes to the intuitive school. But once he introduces qualitative hedonism about value, he seems to introduce disputable comparisons and evaluations. For we need some way to identify higher pleasures. If we follow Mill, and so appeal to the experience of competent judges, we need some way to identify competent judges. Identification of them may introduce the disputable moral claims that we are supposed to avoid by accepting utilitarianism.

Alguns pensam que Mill estaria fugindo dos princípios utilitaristas e criando uma nova escola filosófica, refutando assim alguns dos principais objetivos do utilitarismo de Bentham. Isso vem à tona pelas questões de valores levantadas por Mill, as quais se diferem das de Bentham.

Não seria meramente presunçoso, então, argumentar que Mill realmente não defende o utilitarismo, e que ele abandona os principais objetivos teóricos do utilitarismo, uma vez que ele abandona as reivindicações sobre o valor que nos permitem atingir esses objetivos. Se simpatizarmos com os objetivos teóricos de Bentham, não devemos nos confundir supondo que possamos consegui-los aceitando a versão do utilitarismo de Mill. A posição de Mill pode ser preferível ao utilitarismo Benthamita; mas deve ser considerada como uma posição distinta e não como uma defesa do utilitarismo. (IRWIN, 2009, p. 425).²²

Mill se defende dessas críticas exemplificando o que ele considera a maioria numérica de qualquer sociedade. Diz então que não devemos utilizar as mesmas métricas para coisas diferentes, que, quando ele fala em maioria, ele se refere à maioria daquela classe social mais preparada, e não está se referindo à totalidade da população como os críticos analisam. Essa diferenciação visa respeitar as diferenças, tratando seus iguais como iguais, comparando as pessoas pertencentes a mesma classe, e não um rei com um escudeiro. Respeitando as diferenças entre as pessoas, Mill consegue aplicar sua teoria e relativizar as questões quantitativas, ao mesmo tempo em que qualifica e valoriza os prazeres adaptando o utilitarismo de forma a englobar todas as pessoas da sociedade em suas especificidades. Ele não coloca a todos em um mesmo patamar como foi especulado por muitos de seus críticos ao analisarem sua teoria. Talvez essa seja a humanização pela qual o utilitarismo de Bentham estivesse esperando, uma preocupação e respeito com a posição social de cada indivíduo.

A maioria numérica de qualquer sociedade deve consistir de pessoas que estejam em sua totalidade na mesma posição social, e tendo, no essencial, as mesmas atividades, exemplificando, trabalhadores manuais não qualificados; e não queremos demonstrar desprezo para com eles: o que quer que digamos em sua desvantagem, dizemos igualmente de uma maioria numérica de lojistas, ou de escudeiros. Onde há compatibilidade de posições e perseguições, também haverá compatibilidade de parcialidades,

²² Tradução de: *It would not be merely pedantic, then, to argue that Mill does not really defend utilitarianism, and that he abandons the main theoretical aims of utilitarianism once he abandons the claims about value that allow us to achieve those aims. If we sympathize with Bentham's theoretical aims, we ought not to confuse ourselves by supposing that we can achieve them by accepting Mill's version of utilitarianism. Mill's position may be preferable to Benthamite utilitarianism; but it should be considered as a distinct position, and not as a defence of utilitarianism.*

paixões e preconceitos; e dar a qualquer conjunto de parcialidades, paixões e preconceitos, poder absoluto, sem contrabalançar suas parcialidades, paixões, e os preconceitos de um tipo diferente, é a maneira de tornar a correção de qualquer dessas imperfeições sem esperança; para fazer um tipo estreito e médio da natureza humana de forma universal e perpétua, e para esmagar todas as influências que tendem ao melhoramento da natureza intelectual e moral do homem. (MILL, 1969, p. 107).²³

Outra questão abordada por Mill em relação à valorização dos prazeres está relacionada ao uso da razão, e como as virtudes decorrentes desta razão se encaixam no sistema utilitarista. Mill concorda com Aristóteles com relação ao fato do ser humano preferir cultivar e realizar ações racionais ao invés de ações que não resultem de um pensamento racional. Sendo que Aristóteles pensa a distinção entre esses tipos de ações de forma a classificá-las como ações que resultam em prazeres corporais ou em prazeres da alma; Mill faz uma distinção similar, quando os divide em superiores, que são os da mente, e inferiores sendo os corpóreos. E sustenta que essa preferência se consolida independentemente da quantidade de prazer que ela proporciona, o que vem a tese de que isso se dá pela sua qualidade superior em relação a comparação com as ações que não envolvem o discernimento da razão humana.

Desta forma Mill estaria abrindo mão novamente dos princípios utilitaristas ou só estaria fazendo deles algo mais próximo da vida cotidiana, ou seja, ajustando mais uma vez os ensinamentos de Bentham a uma aplicabilidade mais palpável ao admitir em sua crença as diferenças existentes entre as sensações corpóreas e intelectuais, e as suas devidas particularidades. O que é dizer que um prazer corpóreo não pode ser comparado com um prazer do intelecto, ou seja, eles se encontram em níveis diferentes e não podem ser equiparados de forma equitativa.

Mill não está satisfeito com essa tentativa de ajustar os diferentes tipos de prazer ao esquema utilitarista. Ele argumenta, assim como Aristóteles, que nossa preferência por atividades racionais não descansa simplesmente com a crença de que nós os apreciamos mais do que outras coisas. Não trocamos uma vida de atividade racional para uma com maior quantidade de prazer em alguma condição não racional. Nossa preferência pela atividade

²³ Tradução de: *The numerical majority of any society whatever, must consist of persons all standing in the same social position, and having, in the main, the same pursuits, namely, unskilled manual labourers; and we mean no disparagement to them: whatever we say to their disadvantage, we say equally of a numerical majority of shopkeepers, or of squires. Where there is identity of position and pursuits, there also will be identity of partialities, passions, and prejudices; and to give to any 'one' set of partialities, passions, and prejudices, absolute power, without counter-balance from partialities, passions, and prejudices of a different sort, is the way to render the correction of any of those imperfections hopeless; to make one narrow, mean type of human nature universal and perpetual, and to crush every influence which tends to the further improvement of man's intellectual and moral nature.*

racional baseia-se na convicção de que é melhor, independentemente de quanto prazer podemos tirar disso. (IRWIN, 2009, p. 402).²⁴

Além da preferência por prazeres provenientes da razão, pode haver também a valorização de um prazer em detrimento de outro em virtude do ser humano ter suas ações muitas vezes guiadas por experiências anteriores. Mill acredita que inicialmente podemos realizar uma determinada ação pelo prazer resultante desta ação, mas com o passar do tempo, quando esta se torna um hábito, ela é preferida mesmo sem que haja a expectativa do prazer. Com isso Mill vai novamente ao encontro de Aristóteles, pois admite que a repetição de uma determinada ação tende a determinar o caráter do indivíduo e conseqüentemente suas virtudes e vícios, como é o caso de uma pessoa quando esta se torna avarenta.

Um avarento vem a se preocupar com o dinheiro por sua própria causa, por causa de sua conexão instrumental anterior com prazer; é assim que nos voltamos a tratar sobre os fins que nos preocupamos por eles mesmos. Nós originalmente buscamos fama ou virtude por causa do prazer resultante dos seus efeitos, não pelo prazer que resultou diretamente a partir dele. Mas, mais tarde, buscamos isso mesmo além de qualquer perspectiva de prazer resultante de seus efeitos. (IRWIN, 2009, p. 406).²⁵

Ao aceitar o valor da virtude e sua influência na qualificação dos prazeres para a sua proposta de utilitarismo, Mill afirma que gostamos de ser virtuosos por causa de nossas experiências anteriores, e baseados nisso temos a convicção que é melhor valorizarmos as virtudes do que os vícios.

Ao dizer que agora buscamos ou valorizamos a virtude por seu próprio bem, Mill combina dois pontos: (1) Viemos a gostar de ser virtuosos, mesmo além dos seus efeitos adicionais, porque de sua associação anterior com novos efeitos agradáveis, assim como um velho casal pode se dar ao desfrute de ouvir uma melodia que costumava ser tocada quando eles saíam juntos, antes de serem casados. (2) Nós consideramos a própria virtude como parte do nosso bem, porque nós a consideramos como um bem não-instrumental. A associação de Mill pode explicar o primeiro resultado, mas não explica o segundo. O primeiro resultado não faz parte da virtude da

²⁴ Tradução de: *Mill is not satisfied by this attempt to fit different types of pleasure into the utilitarian scheme. He argues, as Aristotle does, that our preference for rational activities does not rest simply on a belief that we enjoy them more than other things. We would not exchange a life of rational activity for a greater quantity of pleasure in some non-rational condition. Our preference for the rational activity rests on the conviction that it is better, irrespective of how much pleasure we get out of it.*

²⁵ Tradução de: *A miser comes to care about money for its own sake because of its previous instrumental connexion with pleasure; that is how we come to care about the ends we care about for their own sakes. We originally pursue fame or virtue for the sake of the pleasure resulting from its effects, not for the pleasure resulting directly from it. But later we pursue it even apart from any prospect of pleasure resulting from its effects.*

nossa felicidade. Se se tornar parte de nossa felicidade (nosso bem), não se torna parte de nosso prazer. (IRWIN, 2009, p. 406).²⁶

Porém alguns podem argumentar que esta felicidade proveniente do cultivo das virtudes não está relacionada ao prazer e, portanto não pode ser aceita como justificativa para tal.

O fato de Mill recorrer a conceitos Aristotélicos não desmerece ou invalida seu trabalho, pois seu papel foi tentar justamente reverter a sistemática inflexível de Bentham. Mill procurou agregar novos valores e acrescentar mais flexibilidade ao sistema utilitarista, mesmo que alguns acreditem que ele tenha subvertido os princípios éticos da escola. Mas se isso fosse verdade, e o que Mill propôs não fosse mais um sistema utilitarista, porque então ele ainda é considerado um dos principais ícones do utilitarismo e a pessoa que o humanizou e o deixou mais amigável. Mesmo acrescentando novas visões de valores e qualificando os prazeres, Mill continuou desenvolvendo o utilitarismo para mantê-lo atualizado, o que não resultou na criação de uma nova escola filosófica. O utilitarismo continuou sendo utilitarismo.

Mill conclui essa discussão de prazeres superiores, assegurando aos leitores que sua doutrina é "Parte de uma concepção perfeitamente justa de utilidade ou felicidade". Ele afirma, no entanto, que não faz diferença para o padrão utilitarista de moral, porque o cultivo de nobres caracteres beneficia os outros e, desse modo, aumenta a utilidade, seja ou não bom para o individual. O utilitarista, portanto, teria que cultivar os traços de caráter que (de acordo com Mill) produzem maiores prazeres para seus possuidores, mesmo que eles realmente não derem prazer para seus possuidores; pois são meios indiscutíveis para o prazer dos outros. ... Mill reconhece isso em uma reformulação do princípio utilitarista. Na sua opinião, o utilitarista deve perseguir a quantidade máxima de prazer juntamente com uma existência tão rica quanto possível em prazeres superiores. (IRWIN, 2009, p. 403-404).²⁷

²⁶ Tradução de: *In saying that we now pursue or value virtue 'for its own sake', Mill combines two points: (1) We come to enjoy being virtuous even apart from its further effects, because of its past association with pleasant further effects, just as an old married couple might enjoy hearing a tune that used to be played when they went out together before they were married. (2) We come to regard virtue itself as a part of our good, because we regard it as a non-instrumental good. Mill's associationist account may explain the first result, but it does not explain the second. The first result does not make virtue part of our happiness. If it becomes part of our happiness (our good), it does not become part of our pleasure.*

²⁷ Tradução de: *Mill concludes this discussion of higher pleasures by assuring readers that his doctrine is 'part of a perfectly just conception of utility or happiness'. He asserts, however, that it makes no difference to the utilitarian standard of morality, because the cultivation of noble character benefits others, and thereby increases utility, whether or not it is good for the individual. The utilitarian, therefore, would have to cultivate the traits of character that (according to Mill) yield higher pleasures to their possessors, even if they actually gave no pleasure to their possessors; for they are indisputable means to the pleasure of others. ... Mill acknowledges this in a reformulation of the utilitarian principle. In his view, the utilitarian should pursue the maximum quantity of pleasure together with an existence that is as rich as possible in higher pleasures.*

4.3 A liberdade de escolha entre os prazeres

As pessoas não são regidas unicamente pela razão, as emoções também influenciam diretamente em suas escolhas, e apesar de se saber do maior benefício e durabilidade dos prazeres superiores, os chamados prazeres da alma, muitas vezes elas acabam por optar em gozar dos prazeres corporais. O que é perfeitamente normal e compreensível para todos os seres humanos. Mas se a preferência em favor dos prazeres inferiores acabar por se tornar recorrente, esta pode se dar somente devido a sua facilidade de acesso ou pode estar relacionada também ao caráter da pessoa.

Pode-se objectar que, sob a influência da tentação, muitos daqueles que podem aceder aos prazeres superiores preferem ocasionalmente os inferiores. Mas isto é inteiramente compatível com um total reconhecimento da superioridade intrínseca dos prazeres superiores. Devido à fraqueza de carácter, os homens elegem frequentemente o bem que está mais à mão, embora saibam que este é menos valioso; e isto ocorre tanto quando a escolha é entre dois prazeres corporais como quando é entre prazeres corporais e mentais. (MILL, 2005, p.26).

Mas pode ser que não seja apenas uma questão de caráter a preferência pelos prazeres corpóreos. Muitas vezes este é o único tipo de prazer a que a pessoa tem acesso e pode usufruir, principalmente com as questões consumistas e de valorização do ter impostas pelo mundo globalizado e capitalista que nos cerca. Pois os prazeres inferiores estão ao alcance das mãos da maioria das pessoas a qualquer momento, enquanto os superiores exigem um desprendimento maior de esforço e tempo para serem alcançados. Contudo não se pode deixar que a escolha dos prazeres corpóreos acabe por se tornar um hábito em relação aos superiores.

Os homens perdem as suas aspirações superiores à medida que perdem os seus gostos intelectuais porque não têm tempo ou oportunidade para se lhes dedicarem, e não se viciam nos prazeres inferiores porque os preferem deliberadamente, mas sim porque são os únicos a que têm acesso ou são os únicos com que ainda conseguem deleitar-se. (MILL, 2005, p.27).

Essa questão de acesso dos prazeres às pessoas vai de encontro ao que os utilitaristas descrevem como felicidade, tendo em vista que não devemos nos limitar a nós mesmos, mas sim levar em consideração todas as pessoas da sociedade. O ideal seria disponibilizar ambos os tipos de prazeres para todo o ser humano, não só os corpóreos, com isso seria possível observar como as pessoas reagiriam e se

comportariam para alcançar a sua felicidade. Felicidade a qual não deve ficar restrita somente a ela e deve estar em harmonia com toda a sociedade da qual o indivíduo faz parte, e esta relação social das pessoas é mencionada, em (MILL, 2000, p. 202), “... a felicidade que os utilitaristas adotaram como padrão do que é certo na conduta não é a do próprio agente, mas a de todos os envolvidos.”.

Assim, o fim último das condutas humanas é a felicidade, mas, como a maioria das pessoas não sabe ao certo como consegui-la, elas acabam por ser influenciadas por tudo e por todos ao seu redor, principalmente pela sociedade em que vivem e pelas mídias sociais e de comunicação. Ao observar o mundo, pode-se perceber que as pessoas estão sendo bombardeadas a todo instante por propagandas e campanhas que transmitem uma imagem de felicidade associada a um determinado comportamento ou principalmente associada a um produto. Isso induz a população a encontrar a felicidade através do desenvolvimento de um determinado comportamento ou da compra de um determinado produto, Cortina destaca este fato através da perda da liberdade das pessoas enquanto consumidores desta sociedade.

Os consumidores não são soberanos, porém tampouco pelo momento costumam ser tão livres como seria de se desejar, porque nem sequer decidem de forma autônoma o que consomem. Seja por falta de recursos econômicos, seja por falta de oferta, por falta de informação ou por pressão social. (CORTINA, 2002, p.126).²⁸

A problemática da liberdade de escolha, portanto não está presente somente no ser humano. Ela está condicionada também pelos princípios do sistema capitalista e pelos padrões morais da sociedade. Isso deixa a liberdade de escolha em segundo plano, ou será que essa é uma forma da pessoa se sentir aceita por essa mesma sociedade? Qualquer uma das alternativas leva ao mesmo ponto, o convívio em sociedade e a necessidade do ser humano em socializar-se com seus semelhantes. Socialização esta que seria um caminho ao alcance de todos para se chegar à felicidade.

Segundo Roger Crisp (1997), o princípio da liberdade defendido por Mill é que uma sociedade paternalista não deve tentar proteger seus indivíduos de si mesmos,

²⁸ Tradução de: *Los consumidores no son soberanos, pero tampoco por el momento suelen ser tan libres como sería de desear, porque ni siquiera deciden de forma autónoma lo que consumen. Sea por falta de recursos económicos, sea por falta de oferta, por falta de información, o por presión social.*

caso isso venha a interferir em sua liberdade. Essa liberdade pode ser concebida também como um princípio secundário de Mill, de forma a garantir um tratamento legal e moral da sociedade. Contudo, para Mill existem certas escolhas na vida de uma pessoa que não devem sofrer interferências de nenhuma espécie.

A única parte da conduta de qualquer pessoa, pela qual ela está submissa à sociedade é aquela que concerne aos outros. Na parte que meramente concerne a si próprio, sua independência é, de direito, absoluta. Sobre si mesmo, sobre seu próprio corpo e mente, o indivíduo é soberano. (MILL, 2006, p. 28).

Desta forma, estaria o indivíduo livre para escolher entre qualquer tipo ou espécie de prazer, desde que este não interferisse no prazer ou na dor do outro. Assim, Mill não restringe a quantidade ou a qualidade de prazeres alcançados por uma pessoa, pois ela tem total liberdade para desfrutar dos prazeres. O limite destas ações fica restrito a interação com o outro, a partir do momento que o meu prazer influencia também uma segunda pessoa, este já deve se submeter às premissas da moralidade social. Mas esta interação com o outro nem sempre é clara e lúcida, ela pode se apresentar também de maneira indireta. “Quando digo apenas a si própria, quero dizer diretamente e em primeira instância; pois qualquer coisa que afete a si mesmo, poderá afetar os outros através de si;” (MILL, 2006, p. 30).

Diante desta colocação Mill considera três aspectos da liberdade, a liberdade de pensamento e sentimento, a liberdade de gostos e objetivos, e a liberdade de associação entre os indivíduos. Pode-se relacionar cada um destes aspectos com o prazer presente em cada ação ou pensamento que leve a tal prazer. Compreendendo e respeitando o outro dentro dos limites morais da sociedade humana.

Ela compreende, primeiro, o domínio interno da consciência, liberdade de pensamento e sentimento; absoluta liberdade de opinião e sentimento sobre todos os assuntos, práticos ou especulativos, científicos, morais ou teológicos.

A liberdade de expressar e publicar opiniões pode parecer que se enquadra em um princípio diferente, uma vez pertencente àquela parte da conduta de um indivíduo que interessa a outras pessoas, mas, sendo quase tão importante quanto é a liberdade de pensamento em si, e baseando-se em grande parte nas mesmas razões, é inseparável dele. (MILL, 2006, p. 30-31).

Esse primeiro domínio é algo que não pode ser tirado do ser humano, essa liberdade está presente nos aspectos que definem o próprio indivíduo. Não há como

retirar isso do ser humano, o que pode acontecer é uma indução sobre a forma de pensar, sendo essa exercida pelos meios de comunicação, mídias sociais, princípios morais da sociedade, entre outros. Algo que pode ocorrer também no segundo domínio da liberdade, aquela que está voltada para os gostos e objetivos do ser humano.

Em segundo lugar, o princípio requer liberdade de gostos e objetivos: construir os planos de nossa vida para que se adaptem ao nosso caráter, fazer como gostamos, sujeitos às consequências que possam surgir: sem impedimento de nossos próprios semelhantes, contanto que o que fizemos não os prejudique mesmo que eles achem que nossa conduta é tola, perversa e errada. (MILL, 2006, p. 31).

Aqui no segundo domínio entra outro aspecto, o caráter, o qual tende a guiar nossas escolhas e conseqüentemente as ações que levam ao prazer. O caráter define os gostos e os objetivos de vida das pessoas, desta forma ele pode ser o juiz que irá definir até que ponto as escolhas referentes ao prazer e a dor não afetaram ou prejudicaram a liberdade ou o próprio prazer do próximo. O que leva ao terceiro domínio da liberdade, a liberdade de associação entre diferentes indivíduos, desde que estes sejam maiores de idade e não estejam sendo forçados ou enganados diante de suas escolhas.

Em terceiro lugar, a partir desta liberdade de cada indivíduo, segue-se a liberdade, dentro dos mesmos limites, de associação dentre indivíduos; liberdade para unir-se, por qualquer propósito que não envolva danos a outros: supõe que tais pessoas sejam maiores de idade e não sejam forçadas ou enganadas. (MILL, 2006, p. 31).

Por fim, Mill volta a defender que a liberdade e a busca pelo prazer não pode causar danos a outras pessoas, nem coagi-las a realizar alguma ação e tampouco ludibriá-las para tal. Uma sociedade só garante a liberdade de seus membros a partir do momento em que respeite estes três domínios, assim como qualquer pessoa também pode ser considerada livre se respeitá-los.

Nenhuma sociedade na qual estas liberdades não sejam, no todo, respeitadas, é livre, qualquer que seja sua forma de governo; e nenhuma será completamente livre se não houver liberdade absoluta e irrestrita. A única liberdade que merece tal denominação é aquela em que buscamos nosso próprio bem da nossa própria maneira, contanto que não tentemos privar os outros do seu, ou impedir seus esforços em consegui-lo. Cada um é o guardião adequado de sua própria saúde, quer do corpo, mente e espírito. (MILL, 2006, p. 31).

A liberdade de escolha entre diferentes tipos de prazer pertence ao próprio indivíduo, e como consequência estas escolhas criam um senso de responsabilidade a partir do reconhecimento do outro como ser pensante e autônomo. Ninguém pode querer impor seus pensamentos, desejos, gostos e objetivos ao próximo sem comprometer a liberdade do mesmo, nem mesmo uma sociedade ou governo devem burlar essa regra básica da liberdade humana defendida por Mill. Como diz Sidgwick: “A liberdade de acção é uma fonte importante de felicidade para os agentes e um estímulo social útil para as suas energias.” (SIDGWICK, 2013, p. 617).

5 A FELICIDADE UTILITARISTA

A felicidade do ponto de vista utilitarista vai além da maximização do prazer e minimização da dor, ela depende também da harmonia social e do bem estar de todos os homens; as ações devem seguir a moralidade e o espírito ético. Tudo isso a fim de que todos os seres humanos consigam a felicidade através do convívio social, da valorização do ser e do equilíbrio de nossos desejos em nossas atitudes e comportamento, o que Mill expressa ao dizer: “Fazer aos outros o que gostaria que lhe fizessem e amar ao próximo como a si mesmo constituem a perfeição ideal da moralidade utilitarista.” (MILL, 2000, p.202).

Tanto a felicidade quanto o utilitarismo podem parecer questões complexas para se trabalhar no dia a dia. Contudo Mill pensa que pode existir uma espécie de acordo entre os homens, uma universalidade, para que através dos princípios morais se encontrem os meios necessários para a coexistência destes conceitos no cotidiano da vida social. Isso viria a gerar uma harmonia entre as pessoas, que apesar de suas diferenças conseguiriam solucionar tais implicações a respeito da felicidade.

Nós pensamos utilidade, ou felicidade, como sendo algo muito complexo e indefinido, para ser alcançado, exceto por meio de vários fins secundários, sobre os quais pode haver, e muitas vezes há, acordo entre pessoas que diferem em seu padrão final; e sobre o qual prevalece uma unanimidade muito maior entre pessoas do que se pensa, do que se poderia supor da sua divergência fundamental sobre as grandes questões da metafísica moral. (MILL, 1969, p. 110).²⁹

5.1 A relação entre o prazer e a felicidade

Voltemos à questão das relações entre a felicidade e o prazer. Mill relaciona o prazer e a felicidade sustentando que eles são tão necessários para o ser humano quanto o hidrogênio e o oxigênio são para a composição da água. Um acompanha o outro e um não existe sem o outro. Para Mill, a felicidade pode ser vista como um

²⁹ Tradução de: *We think utility, or happiness, much too complex and indefinite an end to be sought except through the medium of various secondary ends, concerning which there may be, and often is, agreement among persons who differ in their ultimate standard; and about which there does in fact prevail a much greater unanimity among thinking persons, than might be supposed from their diametrical divergence on the great questions of moral metaphysics.*

bem, bem este que se resume no somatório dos prazeres em sobreposição às situações de dor, sendo que esses prazeres devem ser tratados de forma igualitária para todos os indivíduos, ou seja, de maneira imparcial. Em contrapartida ele sabe que é impossível gerar prazeres ilimitados para toda a população, por isso essa questão é relativizada para que envolva a maior parte possível da população como sendo a maior felicidade agregada possível para a sociedade, assim como é defendido por Terence Irwin:

O comentário de Mill sobre a "soma" de bens individuais sugere que ele possa estar dependendo de alguma suposição sobre imparcialidade. Ele espera que concordemos que, se a felicidade de A, a felicidade de B, e assim por diante são todos os bens, temos as mesmas razões para promover a felicidade de cada um, já que é igualmente bom, e por isso temos razões para promover a felicidade agregada. Através de uma visão imparcial, não temos boas razões para promover a maior felicidade de uma pessoa do que a de outra.

Mas esta explicação de "felicidade geral" como "felicidade agregada" não se encaixa na explicação normal de Mill. Ele normalmente se refere à "maior felicidade", entendida como o superávit total e máximo de prazer sobre a dor. Não temos motivos para supor que isso coincida com a felicidade de todos. Se conseguíssemos um maior prazer total fazendo uns felizes e outros infelizes, o que conseguiríamos, fazendo com que todos fossem felizes, devemos escolher o total mais elevado. O fato (concordando que seja um) que a felicidade de cada pessoa é boa, não parece fazer o máximo de felicidade total boa. (IRWIN, 2009, p. 416-417).³⁰

Mas se Mill afirma que a imparcialidade deve estar presente na hora de disponibilizar o prazer para uma pessoa e que não é possível gerar prazer para todas as pessoas, o que acontece com aqueles menos favorecidos de prazer e mais suscetíveis a dor? A questão que se apresenta é como este tipo de felicidade da maioria pode ser boa se ela não considera que todas as pessoas devem gozar de prazeres. O que acontece com aqueles que ficam com a dor, isto estaria gerando uma parcialidade contraditória em Mill, e sua felicidade geral não seria tão boa e tampouco imparcial dependendo das situações que se apresentem para cada

³⁰ Tradução de: Mill's remark about the 'sum' of individual goods suggests that he may be relying on some assumption about impartiality. He expects us to agree that if A's happiness, B's happiness, and so on are all goods, we have equal reason to promote the happiness of each, since it is equally good, and so we have reason to promote the aggregate happiness. From the impartial view, we have no better reason to promote one person's happiness than another's.

But this explanation of 'general happiness' as 'aggregate happiness' does not fit Mill's normal explanation. He normally refers to the 'greatest happiness', understood as the maximum total surplus of pleasure over pain. We have no reason to suppose that this coincides with everyone's happiness. If we could achieve a higher total pleasure by making some happy and others unhappy than we would achieve by making everyone happy, we ought to choose the higher total. The fact (granting that it is one) that each person's happiness is good does not seem to make the maximum total happiness good.

pessoa no meio social. Talvez a solução esteja em rever a diferença existente entre prazer e felicidade, que apesar de coexistirem, não são a mesma coisa dependendo do ponto de vista.

Podemos entender Mill de forma errada, ainda assim, se levarmos a sério a diferença entre prazer e felicidade. Precisamos distinguir duas concepções de felicidade: (a) A concepção pessoal. Nós falamos da felicidade de A como a condição em que A é feliz como oposição a infeliz. Por isso, queremos dizer (qualquer que seja nossa concepção de felicidade) que as coisas estão indo bem no geral, em vez de mal para A. Neste sentido, a felicidade é uma coisa distinta do prazer; se A tiver um pouco de prazer e muita dor, A é infeliz ao invés de feliz no geral. Ao dizer que a felicidade é nosso objetivo final, pensamos em felicidade nesse sentido. (b) A concepção quantitativa. Falamos de felicidade como uma quantidade do qual podemos ter mais ou menos. Neste sentido, a felicidade é idêntica ao prazer, de modo que se A tiver um pouco de prazer, A tem um pouco de felicidade, por mais dores que possam sofrer com isso. Nesse sentido, A ter adquirido a felicidade (ou seja, alguma quantidade de prazer) não implica que A é feliz. Portanto, ser feliz, ao invés de felicidade, é nosso objetivo final. (IRWIN, 2009, p. 417).³¹

No primeiro momento Mill aborda uma visão pessoal, relacionando o prazer e a felicidade como sendo coisas diferentes, desta forma o prazer por si só não irá gerar felicidade e fazer a pessoa feliz. Neste ponto de vista o prazer não aparece como único responsável para a felicidade do indivíduo, mas sim como um complemento necessário para torná-lo feliz. Se for isso, pode-se dizer que o indivíduo é feliz quando sua vida está em paz e harmonia. Ao passo que na sua visão quantitativa de prazer, este se equipara à felicidade, se você sente prazer, você sente também a felicidade. Contudo isso não significa dizer que a pessoa é feliz, diz apenas que ela está desfrutando de prazeres, os quais são momentâneos. A questão é definir qual desses aspectos deve ser considerado para a felicidade, uma vida harmoniosa e de paz onde as coisas se encaminham bem ou uma vida de prazeres na qual a aprazibilidade se equipara à felicidade. Mill não descarta

³¹ Tradução de: We may misunderstand Mill, however, if we take too seriously the difference between pleasure and happiness. We need to distinguish two conceptions of happiness: (a) The personal conception. We speak of A's happiness as the condition in which A is happy as opposed to unhappy. By this we mean (whatever our conception of happiness) that things are on the whole going well rather than badly for A. In this sense, happiness is to be distinguished from pleasure; if A has a little pleasure and a great deal of pain, A is unhappy rather than happy on the whole. In saying that happiness is our ultimate aim, we think of happiness in this sense. (b) The quantitative conception. We speak of happiness as a quantity of which we may have more or less. In this sense, happiness is identical to pleasure, so that if A has a little pleasure, A has a little happiness, however much pain may go with it. In this sense, A's having acquired happiness (i.e., some quantity of pleasure) does not imply that A is happy. Hence being happy, rather than happiness, is our ultimate aim.

nenhuma das duas hipóteses, e sim as agrega. Sendo assim, as duas devem ser consideradas, pois as duas são coisas boas.

Mill fala de felicidade em ambos os sentidos. Sua concepção holística baseia-se na concepção pessoal, mas sua explicação oficial depende da concepção quantitativa. Para entender sua transição da bondade da felicidade de A para a bondade geral da felicidade, devemos considerar ambas as concepções. Até agora, vimos que a concepção pessoal não garante sua transição. Mas se ele pretende a concepção quantitativa, sua explicação diz que se o prazer de A é bom, o prazer de B é bom, etc., qualquer soma de prazeres também é bom. A propriedade dos prazeres por diferentes pessoas é irrelevante para decidir se os prazeres são bons. (IRWIN, 2009, p. 417).³²

Como os prazeres são bons por si só, o oposto também pode ser considerado, ou seja, as dores não são boas, e sim más em si mesmas, essas qualidades lhe sendo intrínsecas. Portanto essas propriedades não são o problema para a concepção de qual delas é melhor e pode levar a felicidade, tendo em vista que todos os homens buscam o bem ou bom como fim em si mesmo. Dessa forma, sabendo o caminho que deve seguir, o homem consegue orientar seus desejos e prazeres em prol da felicidade. Sendo esse caminho carregado de preceitos morais relacionados à conduta humana, não surpreende que eles estejam presentes no agregado da vida social, como se vê expresso quando Mill diz:

Não pode ser dada nenhuma razão do porque a felicidade geral é desejável, exceto que cada pessoa, na medida em que ela acredita que seja atingível, deseja sua própria felicidade. Isso, no entanto, sendo um fato, temos não apenas a prova final que se pode admitir, mas tudo o que é possível exigir sobre a bondade da felicidade: que para cada pessoa a felicidade é um bem, e a felicidade geral, portanto, é um bem para a soma de todas as pessoas. A felicidade tem em seu próprio título um dos fins da conduta e, conseqüentemente, um dos critérios da moralidade. (CRISP, 1997, p.72).³³

³² Tradução de: *Mill speaks of happiness in both ways. His holistic conception relies on the personal conception, but his official explanation relies on the quantitative conception. To understand his transition from the goodness of A's happiness to the goodness of the general happiness, we must consider both conceptions. So far we have seen that the personal conception does not warrant his transition. But if he intends the quantitative conception, his explanation says that if A's pleasure is good, B's pleasure is good, etc., any aggregate of pleasure is also good. The ownership of the pleasures by different people is irrelevant for deciding whether the pleasures are good.*

³³ Tradução de: *No reason can be given why the general happiness is desirable, except that each person, so far as he believes it to be attainable, desires his own happiness. This, however, being a fact, we have not only all the proof which the case admits of, but all which it is possible to require, that happiness is a good: that each person's happiness is a good to that person, and the general happiness, therefore, a good to the aggregate of all persons. Happiness has made out its title as one of the ends of conduct, and consequently one of the criteria of morality.*

Essa análise moral da conduta humana presente nas ações que geram prazer não está relacionada de forma alguma com o egoísmo, pois o utilitarismo manifestamente não se apresenta como uma teoria individualista, mas antes coletiva em sua essência. Pois as ações não podem ser analisadas isoladamente no universo humano, todas elas apresentam consequências que reverberam na natureza e na sociedade. Com isso se uma ação gera prazer para um único indivíduo e dor para os demais membros de sua sociedade, não se pode dizer que ela é um bem, pois seu impacto no universo não é positivo.

No entanto, quando o egoísta avança, implícita ou explicitamente, a proposição de que o seu prazer ou felicidade é bom não só para si, mas também do ponto de vista do universo – ao dizer que a natureza o concebeu para procurar a própria felicidade -, torna-se importante apontar que a sua felicidade não pode ser uma parte mais importante do bem, considerado universalmente, do que uma igual felicidade de qualquer outra pessoa. (SIDGWICK, 2013, p. 590).

A convergência das ações que geram o bem como consequência não pode ser tratada isolada e individualmente, de modo que as outras pessoas presentes na sociedade também fazem parte da equação da felicidade. E diante disso as relações de afeto, mesmo não se encaixando diretamente no critério de imparcialidade, ainda é o que faz dos seres humanos um único conglomerado para ser analisado com relação à sustentação da felicidade, que deve ser entendida como a do maior número de pessoas, ou maior felicidade. Esta está associada também às emoções e não fica restrita apenas à razão, uma vez que essas relações emocionais geram novas emoções que também geram prazer nos indivíduos que desfrutam delas, criando de certa forma uma corrente do bem, o que resulta em um aumento da condição da felicidade para a sociedade.

...a subsistência de afectos benevolentes entre os seres humanos é em si um meio importante para o fim utilitarista, dado que os nossos prazeres mais intensos e valorizados derivam desses afectos, pois a própria emoção é extremamente aprazível e transmite essa qualidade às actividades que suscita e sustenta, e a felicidade assim produzida aumenta constantemente através do eco simpático dos prazeres concedidos aos outros. (SIDGWICK, 2013, p. 606).

Existem assim vários aspectos que devem ser considerados na relação entre o prazer e a felicidade, de onde uma complexidade de fatores a serem considerados. Portanto, na felicidade se incluem a razão, que analisa as

consequências das ações e regula os desejos, as emoções, que intensificam as sensações de apazibilidade, a benevolência que se apresenta na empatia do convívio social, o coletivo que visa agregar e maximizar a felicidade para o maior número de pessoas. Ponto importante a ter presente é a necessidade de compreender que todas essas relações devem ser vistas como tendo flexibilidade em suas interações, pois esta é a forma como Mill apresenta e desenvolve seu pensamento. A partir do momento em que se compreende essa flexibilização de Mill em relação à Bentham pode-se tanto analisar como compreender a postura utilitarista diante das abordagens negativas de seus críticos. Apesar destas considerações não há como chegar à conclusão de que todas as pessoas podem estar felizes ao mesmo tempo. O que Mill mostra é como o prazer máximo pode ser alcançado pela sociedade, o qual resultará necessariamente de um somatório do prazer em relação à ausência de dor entre os indivíduos de uma determinada sociedade. É o que explica Irwin:

Sua conclusão diz que a felicidade (ou seja, o prazer) é boa e não importa quem esteja feliz ou quantos estejam felizes (ou seja, melhor no geral); Tudo o que importa é o prazer total alcançado. Para chegar a essa conclusão, ele confia em uma suposição questionável sobre "a felicidade geral" e "o agregado de pessoas". A felicidade geral não é a condição em que todos estão felizes (ou seja, bem, em vez de mal); e então Mill não afirma que a felicidade geral é boa para todas as pessoas que estão felizes. A felicidade geral é o excedente máximo de prazer; Mill afirma que isso é bom em relação às pessoas cujos prazeres e as dores estão sendo agregadas. Ele não diz, portanto, que a felicidade geral é boa para todas essas pessoas. Seu argumento assume que esse prazer, no entanto, é distribuído entre as pessoas, e que ele é o único bem. (IRWIN, 2009, p. 417).³⁴

Porém as divergências que podem estar presentes nessa relação entre os prazeres e a felicidade faz com que a universalização dessa análise não seja possível. Dependendo das experiências e crenças das pessoas, existem divergências em relação aos diversos e diferentes aspectos discutidos, mas o importante é não deixar que isso chegue a um relativismo e permaneça dentro da

³⁴ Tradução de: *His conclusion says that happiness (i.e., pleasure) is good, and it does not matter who is happy or how many are happy (i.e., better off on the whole); all that matters is the total pleasure achieved. To reach this conclusion, he relies on a questionable assumption about 'the general happiness' and 'the aggregate of persons'. The general happiness is not the condition in which everyone is happy (i.e., well off rather than badly off); and so Mill does not claim that the general happiness is good for all the people who are happy. The general happiness is the maximum surplus of pleasure; Mill claims that this is the good in relation to the persons whose pleasures and pains are being aggregated. He does not say, therefore, that the general happiness is good for all these people. His argument assumes that pleasure, however it is distributed among persons, is the only good.*

lógica desenvolvida por Mill, sem esquecer da presença do empirismo defendido por ele e a importância por ele atribuída aos princípios secundários.

Além disso, é necessário que abordemos a questão referente ao princípio da maior felicidade e que voltemos às relações morais envolvidas no utilitarismo e em sua concepção de felicidade.

5.2 O princípio da maior felicidade

Com a relação utilitarista entre prazer e felicidade estabelecida, resta tratar a questão dos princípios que regem a felicidade, ou mais especificamente o princípio da maior felicidade. Mas antes de definir e discorrer sobre o princípio da maior felicidade vamos abordar o conceito da felicidade sob a ótica das virtudes e dos deveres. O intuito é comparar as peculiaridades e diferenças existentes entre as teorias filosóficas mencionadas ao início deste trabalho.

A felicidade foi trabalhada por Aristóteles na formação da ética das virtudes desenvolvida em seus escritos. Mais especificamente, interessa-nos aqui o modo como ele trata da felicidade no Livro 10 da *Ética a Nicômaco*, sem esquecer que sua posição de defesa da felicidade como sendo o maior bem desejado pelos homens e como o fim último das ações humanas, está já presente no Livro 1º da mesma obra, onde Aristóteles (2004, p.3) diz que “... o bem é aquilo a que todas as coisas tendem”.

Aristóteles aborda várias questões que, do seu ponto de vista, se relacionam com a felicidade, sendo ela conceituada como um bem desejado e como uma atividade virtuosa da alma que estiver conforme à virtude perfeita. A felicidade é tratada como o fim da natureza humana, o que traz à tona o que existe de melhor na natureza humana. Assim, quando nos propusermos a fazer o nosso melhor e nos orientarmos pela reta razão, a virtude que existe em nós aflorará, se tornando alinhada com a bondade e conseqüentemente nos direcionando para a felicidade.

Se a felicidade é atividade conforme à virtude, será razoável que ela esteja também em concordância com a mais alta virtude; e essa será a do que existe de melhor em nós. Quer seja a razão, quer alguma outra coisa esse elemento que julgamos ser o nosso dirigente e guia natural, tornando a seu cargo as coisas nobres e divinas, e quer seja ele mesmo divino, quer apenas o elemento mais divino que existe em nós, sua atividade conforme à

virtude que lhe é própria será a perfeita felicidade. (ARISTÓTELES, 2004, p.190)

Mesmo que a felicidade seja o objetivo final de todo o ser humano Aristóteles não a relaciona diretamente com o prazer. Para Aristóteles, a felicidade não está necessariamente ligada diretamente ao prazer, mas sim em sermos virtuosos e fazermos as coisas da melhor maneira possível. Quando estamos empenhados a desenvolver o nosso melhor, ou nossas virtudes, estamos nos direcionando para a felicidade, o que não quer dizer que para isso devemos buscar unicamente uma satisfação prazerosa, seja ela do corpo ou do intelecto. Também não existe o conceito de maior felicidade para o maior número de pessoas, da forma como foi defendido por Mill; a virtude é trabalhada mais do ponto de vista individualista do que coletivo; é o desenvolvimento da virtude do indivíduo que o guiará para a felicidade.

Em contrapartida, para a ética do dever a felicidade não se apresenta da mesma forma. A felicidade para Kant, tal como é caracterizada na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* possui outro viés. A busca da felicidade é tratada como um dever para o homem, pois para ele os homens felizes conseguem se manter mais facilmente no caminho correto. Os homens que não se consideram felizes, diante de sua condição de descontentamento podem mais facilmente se desviar do caminho dos deveres considerados corretos por Kant, transgredindo assim suas leis e preceitos *a priori*.

Assegurar cada qual a sua própria felicidade é um dever (pelo menos indirectamente); pois a ausência de contentamento // com o seu próprio estado num torvelinho de muitos cuidados e no meio de necessidades insatisfeitas poderia facilmente tornar-se numa grande tentação para a *transgressão dos deveres*. Mas, também sem considerar aqui o dever, todos os homens têm já por si mesmos a mais forte e íntima inclinação para a felicidade, porque é exatamente nesta ideia que se reúnem numa soma todas as inclinações. (KANT, 2009, p. 29-30).

A característica do padrão de felicidade estabelecido por Kant se baseia na intenção da ação humana, enquanto a visão de felicidade proposta por Aristóteles está focada em uma atividade virtuosa e divina, que tende a guiar o ser humano ao bem e à consequente felicidade. Esses aspectos não são e nem podem ser considerados errados. Contudo, a ética utilitarista, muito diferentemente, foca seus esforços em analisar as consequências das ações humanas, e como essas consequências podem guiar o ser humano a maximizar seu prazer e evitar ou

minimizar sua dor. Ela não observa apenas um ser humano de forma isolada, como poderia pensar um egoísta, mas sim de forma coletiva e social.

Assim, Kant trabalha o dever do indivíduo, de modo que o cumprimento de sua obrigação lhe permita ser feliz, contribuindo assim para que ele não busque meios torpes para se sentir feliz. O prazer também não se apresenta diretamente como um fator ligado à felicidade, porém o homem deve aceitá-lo como uma inclinação para sua própria felicidade. Aqui também não é possível observar a preocupação com a felicidade do maior número de pessoas, mas sim a felicidade do indivíduo, sendo esta uma aspiração interna, que não se estende para outras pessoas. A inclinação para buscar a felicidade pertence e parte do próprio indivíduo.

Estando a ética aristotélica preocupada com a virtude das ações do indivíduo e a ética kantiana com a felicidade como uma aspiração do indivíduo, surge a ética utilitarista com o interesse em analisar mais amplamente o contexto das ações dos indivíduos humanos. Contexto este que não visa só a satisfação de um único ser, mas sim de todo um conjunto de relações humanas presentes na busca da felicidade. Busca essa que tem como alicerce principal o prazer, mas não um prazer unicamente hedonista, um prazer de certa forma responsável e que é analisado em um contexto geral de sociedade.

Portanto o indivíduo deve pensar em desfrutar dos prazeres tendo em mente as consequências de suas ações, para que elas não interfiram na liberdade alheia e que esta não venha a trazer dores futuras, seja para ele próprio seja para as outras pessoas. Pode-se ter em mente também uma questão de sustentabilidade ou até mesmo de altruísmo nas ações prazerosas a serem praticadas em conformidade com a ética utilitarista. Mas é claro que não existe a utopia de agradar ou satisfazer todos ao mesmo tempo, o que deve ser considerado é o somatório dos prazeres, respeitando os direitos e individualidades de cada um para a felicidade geral.

Tudo o que lhe diz respeito, é o total de prazer e dor. E assim, se pudéssemos aumentar o prazer de uma pessoa prejudicando outras dez pessoas, nós seríamos obrigados a fazê-lo, se isso aumentasse o prazer total. De acordo com Mill "a maior felicidade do maior número" não implica que devemos buscar alcançar o maior número possível de seres conscientes felizes. Devemos buscar a maior felicidade total possível,

somando o maior número de seres conscientes, quer a maioria deles seja feliz ou infeliz. (IRWIN, 2009, p. 421).³⁵

Mesmo que a maior felicidade possa ser alcançada prejudicando outros, isso não seria moral. A maior felicidade deve ser buscada sem que sejam ultrapassados os limites da moralidade. O utilitarismo não prega uma busca desenfreada pelo maior prazer ou simplesmente pelo prazer da maioria, ele considera sempre certos princípios para que essa maior felicidade possa ser desfrutada. Diante disso os preceitos morais não podem ser desconsiderados para a felicidade utilitarista ou qualquer outra doutrina filosófica, ou seja, a felicidade tanto individual como coletiva não deve fechar os olhos para a moralidade, caso contrário não estaríamos falando de uma felicidade verdadeira, correta ou justa.

... pois esse padrão não é a maior felicidade do próprio agente, mas o maior total de felicidade em termos globais, e, embora seja possível duvidar que um carácter nobre seja sempre mais feliz devido à sua nobreza, não pode haver dúvida que ele torna as outras pessoas mais felizes e que o mundo em geral ganha imensamente com ele. (MILL, 2005, p. 52).

Para Mulgan a busca da felicidade para o maior número de pessoas exige um equilíbrio reflexivo, ou seja, devemos recorrer intuitivamente a quatro princípios para chegarmos à maximização do prazer e conseqüentemente da felicidade. Dentre eles estão: a razão para promover o bem, o princípio da prevenção de danos, o princípio da ajuda aos inocentes e o princípio de que os números efetivamente contam.

- 1) *A razão para promover o bem* – O fato de que uma ação promoverá a felicidade humana oferece-nos uma razão para executá-la. Se duas ações irão cada uma promover a felicidade humana, então temos razões para realizar qualquer uma delas que produza a maior felicidade. Se escolhermos ações exclusivamente com base na razão para promover o bem, vamos, portanto, sempre optar pela ação que maximize a felicidade.
- 2) *O princípio da prevenção de danos* – Se pudermos evitar que algo ruim aconteça, sem sacrificar nada de importância moral comparável, devemos fazê-lo.
- 3) *O princípio da ajuda aos inocentes* – Se formos capazes de prestar assistência a uma pessoa inocente em grande necessidade, com um custo insignificante para nós mesmos, então devemos fazê-lo.
- 4) *Os números efetivamente contam* – Se você escolher entre as vidas de um grupo de pessoas e as vidas de outro grupo, você deve escolher o grupo maior. (MULGAN, 2012, p. 81-82).

³⁵ Tradução de: *For all that concerns him is the total pleasure and pain. And so, if we could increase one person's pleasure by harming ten other people, we would be required to do it, if that would increase the total pleasure. Mill's references to 'the greatest happiness of the greatest number' do not imply that we should aim at the greatest possible number of happy sentient beings. We should aim at the greatest possible total of happiness, summed over the greatest number of sentient beings, whether or not most of them are happy or unhappy.*

Desta forma esses quatro princípios seguem para o caminho da maior felicidade na visão utilitarista. A primeira delas é a mais óbvia e que segue o princípio principal do utilitarismo, ou seja, se uma ação promove o bem devemos realizá-la para a promoção da felicidade, o que não está em desacordo com nenhum utilitarista. Na segunda temos presente a questão da evitação ou minimização da dor, mas não a qualquer preço, para tanto devemos estar cientes das possíveis consequências destes atos e de suas repercussões morais, as quais não devem ser deixadas de lado. Em relação a prestar ajuda aos inocentes, isso vai ao encontro da necessidade de criar um ambiente mais feliz de maneira geral. Se pudermos ajudar outras pessoas a desfrutarem de prazeres e serem felizes não há motivos para não fazer essa ação, uma vez que se vivermos em uma sociedade com muitas pessoas felizes mais fácil será para nós sermos felizes também. Por último temos a questão numérica, a qual foi defendida desde o princípio por Jeremy Bentham, o ponto é simples: escolher sempre a ação que propicie o prazer para o maior número de pessoas.

A coesão destes princípios está em sintonia com o que é definido como o princípio da maior felicidade. Isso porque visa à realização de ações que têm como objetivo o prazer e a felicidade juntamente com a mitigação ou minimização da dor. Considera também a felicidade das outras pessoas as quais podemos ajudar para promover um ambiente mais feliz e como consequência aumentar o número de pessoas felizes. Da mesma forma que podemos colaborar com a felicidade dos outros estamos sendo beneficiados por esta corrente do bem, pois se existe uma felicidade geral também somos retribuídos de alguma forma por ela.

Pois, por um lado, o utilitarismo prescreve que prestemos serviços sempre que fazê-lo seja conducente à felicidade geral, o que pode ocorrer muitas vezes sem que tenhamos em conta o ganho pessoal que resultaria da sua retribuição; e, por outro lado, dado que podemos inferir do egoísmo real do homem médio que esses serviços não seriam prestados adequadamente sem a expectativa de retribuição, também é conducente à felicidade geral que os homens reconheçam uma obrigação moral de os retribuir. (SIDGWICK, 2013, p. 613).

5.3 A moral utilitarista e a felicidade

Assim como outras doutrinas normativas, o utilitarismo também possui seus preceitos morais sobre a orientação da ação humana dentro da sociedade. Como uma ética teleológica, ele avalia a resultado final das ações. Premissas essas que surgem de experiências empíricas, as quais servem como fundamento para a determinação da conduta moral do ser humano na sociedade.

Os comportamentos das pessoas em uma sociedade são regidos por regras morais, porém as ações podem ser não só morais, como amorais e imorais. No utilitarismo todas as ações que apresentem como consequência o prazer ou felicidade para o maior número de pessoas são consideradas morais, sem considerar outras questões como o dever e as virtudes envolvidas na respectiva ação.

O modelo utilitarista de fundamentação da moral é um modelo teleológico, isto é, toma como ponto de partida para determinar o que é o “bom” a finalidade (télós) da vida humana. As teorias teleológicas possuem um apelo intuitivo em função de incorporar a ideia de racionalidade que corresponde à ideia de maximização de algo e, em questões morais, o que deve ser maximizado é o bem, sendo que isto está relacionado a uma ideia de ética substancial que determina que uma teoria moral só pode desenvolver-se a partir de uma concepção específica do bem, ou até, de uma hierarquia de bens. (SILVEIRA, 2011, p.10).

O conceito de moralidade utilitarista é claro e simples de compreender. Um comportamento imoral do ponto de vista utilitarista seria aquele que gera o contrário do prazer, ou seja, implica em dor, contrapondo o comportamento moral. Já o comportamento amoral difere dos outros dois, pois não pode ser comparado com o imoral e tampouco com o moral, neste tipo de comportamento a pessoa que realiza a ação não possui o conhecimento sobre as consequências de sua ação, portanto falta-lhe conhecimento para discernir sobre os resultados de seus atos.

Essa forma de moralidade segue contra os princípios morais de outras éticas normativas, principalmente os deontológicos defendidos por Kant. No modelo deontológico as ações são consideradas morais à medida que são realizadas por dever ou de acordo com a lei. O que deixa a vontade do agente em segundo plano, assim como sua liberdade de agir sem medo de sanções legais. O dever perante as leis é o que rege a conduta do indivíduo e não necessariamente o bem para a maioria da população.

O respeito pela lei deve prevalecer sobre qualquer consideração relativa ao bem-estar ou à felicidade do agente moral ou das outras pessoas. A vontade ocupa então o lugar que o “desejo razoável” ocupava nas éticas de inspiração aristotélica. Com efeito, o desejo compreende-se por sua “finalidade” ou seu *télos*, enquanto a vontade é determinada por sua relação com o dever ou a lei. Não podemos definir o bem como a satisfação de nossos desejos, pois, como os objetos da faculdade de desejar são numerosos e variam segundo os indivíduos, é impossível dar uma definição clara e unívoca do bem. Além disso, a escolha de um princípio material nos obriga a permanecer no nível das motivações empíricas. (BERTEN, 2003, p.407).

Mas o universo das teorias da moralidade não se restringe à ética utilitarista e do dever, existem também as questões morais envolvidas na ética das virtudes. Na ética das virtudes Aristóteles define virtude como *aretê*, fazer com excelência, ou seja, significa agir conforme o melhor e o mais perfeito, pois o homem virtuoso é aquele que age de acordo a reta razão. A virtude de Aristóteles se divide em intelectual e moral, sendo a intelectual aquela adquirida graças aos resultados da aprendizagem e da educação, e a virtude moral é o resultado do hábito que nos torna capazes de praticar atos justos, portanto ela não é gerada em nós por natureza. Sendo assim a moral relacionada às virtudes adota uma abordagem diferente tanto da ética utilitarista quanto da do dever, esses conceitos e diferenças estão presentes na *Ética a Nicômaco* de Aristóteles.

Sendo, pois, de duas espécies a virtude, intelectual e moral, a primeira, por via de regra, gera-se e cresce graças ao ensino — por isso requer experiência e tempo; enquanto a virtude moral é adquirida em resultado do hábito, donde ter-se formado o seu nome por uma pequena modificação da palavra (hábito). Por tudo isso, evidencia-se também que nenhuma das virtudes morais surge em nós por natureza; com efeito, nada do que existe naturalmente pode formar um hábito contrário à sua natureza. (ARISTÓTELES, 2004, p. 22).

Abrangendo a moral das três principais escolas filosóficas normativas, pode-se perceber suas diferenças em relação à conceituação da moralidade. No utilitarismo a moral está diretamente relacionada com o bem que a ação proporciona. Na moral do dever prevalece a razão e o cumprimento das leis. E na moral das virtudes, ela é vista como adquirida com o hábito de praticar boas ações ao longo de nossa vida.

Não falta quem considere a moral utilitarista falha ou incompleta, e a criticam por sua objetividade, quantificação dos prazeres e consequencialismo nas ações humanas, falta de compromisso com o dever, sacrifício em prol da maioria e o

empirismo para o julgamento das ações. Principalmente os kantianos criticam a moral utilitarista por ela julgar possível que algumas ações universalmente consideradas erradas possam ser consideradas plausíveis em determinadas circunstâncias, como descumprir com as promessas ou qualquer outra regra moral comum a sociedade humana.

Assim, por exemplo, devemos ver que a regra moral que nos diz que as promessas devem ser cumpridas, condensa um cálculo anonimamente feito pelas sociedades humanas, com relação aos malefícios que a falsidade e a conseqüente falta de confiança trazem para a vida em sociedade. E o mesmo poder-se-ia dizer de grande parte das outras regras morais comuns. (TORRES, 2013).

Mesmo que não cumprir uma promessa seja considerado pela sociedade uma atitude imoral, para o utilitarismo a questão a ser considerada são as conseqüências dessa ação. Portanto, se quebrar a promessa trazer um benefício para um número maior de pessoas do que cumpri-la, então esta ação condenável será moralmente aceita, desde que não se torne uma regra. Abrindo mão da consciência individual e se sacrificando para o bem de mais pessoas. A crítica que se faz então ao utilitarismo é bem expressa por Silveira:

Do ponto de vista normativo, a principal fraqueza do modelo utilitarista está em não considerar a inviolabilidade normativa da pessoa, o que traz como conseqüência o princípio do sacrifício. Por este princípio, é possível que uma ação seja considerada correta se ela traz o melhor resultado para o maior número de pessoas, tanto como regra da maioria, como do ponto de vista imparcial. (SILVEIRA, 2011, p.16-17).

O ponto crucial para rebater essa objeção ao sacrifício de um valor, como a quebra de uma promessa, é que constantemente todos fazem sacrifícios diários para o bem da sociedade. Pois, uma vez o homem sendo considerado um ser sociável, ele precisa das outras pessoas para que possa viver plenamente, e o sacrifício de suas vontades e desejos, assim como, em certas circunstâncias, a suspensão de certas regras morais em favor de um valor moral superior, pode vir a colaborar com a maior felicidade desse mesmo convívio social. Não é possível também deixar de lado os preceitos jurídicos em Bentham em relação à criação e desenvolvimento da ética utilitarista e sua busca pela equidade perante a aplicação da justiça.

Os princípios são construídos a partir da teoria da justiça como equidade, e servem para mostrar quais juízos morais podem ser tomados como corretos (juízos morais ponderados – *considered judgments*). Por sua vez, estes juízos morais ponderados (como os que afirmam que a tolerância religiosa é boa e a escravidão é má) servem de referência para a formulação da teoria. Nota-se que este modelo é inferencial, pois garante a correção dos juízos e princípios morais a partir de uma teoria moral que se apresenta como melhor candidata para cumprir a sua função de garantia da estabilidade (*stability*) social a partir da ideia de uma sociedade como um sistema equitativo de cooperação. (SILVEIRA, 2011, p.18).

A base jurídica da equidade presente no utilitarismo completa diversos preceitos morais apontados pelos críticos do utilitarismo. Começando pelo sacrifício individual para o bem da sociedade, a equidade que visa avaliar as ações humanas considerando suas consequências e o empirismo para julgar morais ou não as consequências das ações.

A liberdade de escolha em razão da utilidade talvez possa ser o princípio moral mais patente de toda a doutrina utilitarista. Essa liberdade faz com que o ser humano sintam-se livre para buscar as melhores ações possíveis aptas a levar a maioria dos homens à felicidade.

1. Uma ação particular é certa se estiver de acordo com as regras morais correctas; é errada se transgredir alguma das regras morais correctas.
2. Uma regra moral é correcta em virtude de a sua aceitação promover o fim último - a felicidade geral. (MILL, 2005, p. 20).

Portanto, a felicidade geral é que norteia a moral utilitarista, a qual implica em promover o prazer para a comunidade como um todo. Caso as ações não tragam o prazer, e promovam a dor, elas estarão erradas e serão consideradas imorais. O principal ponto da moralidade no utilitarismo é compreender a utilidade das ações humanas para se chegar à felicidade geral.

A moralidade das ações depende das consequências que elas tendem a produzir, é a doutrina das pessoas racionais entre todas as escolas; o bem ou o mal dessas consequências é medido unicamente através do prazer ou dor, é o que é peculiar a toda a doutrina da escola utilitarista. (MILL, 1969, p. 111).³⁶

Porém, existem divergências sobre essa moralidade dentro da própria escola utilitarista. Isso pode ser observado na relação entre Bentham e Mill. Para Bentham

³⁶ Tradução de: *That the morality of actions depends on the consequences which they tend to produce, is the doctrine of rational persons of all schools; that the good or evil of those consequences is measured solely by pleasure or pain, is all of the doctrine of the school of utility, which is peculiar to it.*

a moralidade está restrita exclusivamente ao prazer e a dor, enquanto para Mill a moralidade é muito mais do que isso. Para ele existem outras coisas ou valores que importam na vida humana, tanto que ele reconhece em seus estudos os princípios secundários além dos primários estabelecidos pelo utilitarismo clássico. Isso tende a destacar ainda mais a importância do trabalho desenvolvido por Mill para o utilitarismo e para a humanidade, assim como já foi visto em capítulos anteriores e está sendo reforçado agora.

Bentham espera que a pessoa moralmente iluminada atribua valor somente ao prazer e à dor e para a maximização universal do prazer. Mill sugere que isso não é tudo o que importa vida humana, e que a moral deve reconhecer outros elementos de valor. (IRWIN, 2009, p. 410).³⁷

Desta forma John Stuart Mill ressalta que as ações humanas devem ser analisadas de três formas diferentes, e como o utilitarismo tem o objetivo de analisar as ações humanas isso se torna crucial para o entendimento de sua teoria da moralidade. Dentre os três aspectos a serem considerados - o moral, o estético e o simpático - o que mais nos interessa é o primeiro deles. Pois o aspecto moral é o que está presente em nossa capacidade de analisar as consequências de nossas ações, tendo em vista que tal aspecto pertence à razão e à consciência do ser humano. Desta forma, com a devida análise podemos avaliar uma ação como certa ou errada, boa ou má, conforme seja prazerosa ou dolorosa, isso dentro das reais expectativas que podemos observar para cada ação mediante o discernimento de nossa razão.

Toda ação humana tem três aspectos: seu aspecto moral, ou do certo e errado; seu aspecto estético, ou da beleza; seu aspecto simpático, ou da amabilidade. O primeiro aborda a nossa razão e consciência; o segundo nossa imaginação; o terceiro o nosso sentimento humano. De acordo com o primeiro, aprovamos ou desaprovamos; De acordo com o segundo, admiramos ou desprezamos; de acordo com o terceiro, nós adoramos, sentimos piedade ou não gostamos. A moralidade de uma ação depende de suas consequências previsíveis; a beleza e a amabilidade, ou o inverso, dependem das qualidades que são evidenciadas. Assim, uma mentira está errada, porque seu efeito é enganar, e porque tende a destruir a confiança do homem no homem; também é mal, porque é covarde - porque procede não ousarmos enfrentar as consequências de dizer a verdade - ou, na melhor das hipóteses, é evidenciada a falta desse poder para compelir os nossos fins por meios diretos, o que é concebido como pertencente a cada

³⁷ Tradução de: *Bentham expects the morally enlightened person to attach value only to pleasure and pain and to the universal maximization of pleasure. Mill suggests that this is not all that matters in human life, and that morality should recognize other elements of value.*

pessoa que não é deficiente em energia ou compreensão. (MILL, 1969, p. 112).³⁸

Contudo dificilmente conseguimos avaliar o primeiro aspecto isoladamente dos outros dois, pois temos nossas preferências e experiências, e elas acabam por fazer parte da equação da análise das ações, queiramos ou não isso. Quanto ao segundo aspecto, temos tendência a dar preferência ao que admiramos e achamos belo, o que já pode estar ligado ao terceiro, relacionando isso ao sentimento. Na verdade cada um dos três aspectos é complementar ao outro, não há como separá-los nem trabalhá-los de maneira isolada, pois todos eles estão presentes no cerne do ser humano, e como humanos somos suscetíveis a nossos sentimentos juntamente com nossa racionalidade e experiências.

Para Jeremy Bentham o mais importante era o primeiro aspecto da ação humana, portanto ele deixou de lado os outros dois, pois para ele questões sentimentais não estavam associadas às questões morais. Mas para John Stuart Mill isso era diferente, Mill compreendia o contexto geral e complexo do ser humano, e sabia que os três aspectos estavam presentes e deveriam fazer parte da moralidade humana. Sendo assim ele não os desprezou em seus estudos, ao contrário, usou isso para tornar o utilitarismo mais humano, sem se deixar levar apenas pelo seu sentimentalismo.

O sentimentalismo consiste em definir os dois últimos dos três, acima do primeiro; o erro dos moralistas em geral, e de Bentham, é desprezar os dois últimos completamente. Este é o caso que ocorreu com Bentham: ele escreveu e sentiu como se o padrão moral não só devesse ser primordial (o que deveria), mas como se ele estivesse sozinho; como se devesse ser o único mestre de todas as nossas ações, e mesmo de todos os nossos sentimentos; como para admirar ou gostar, ou desprezar ou não gostar de uma pessoa por qualquer ação que não faça um bem e nem prejudique, ou

³⁸ Tradução de: *Every human action has three aspects: its moral aspect, or that of its right and wrong; its aesthetic aspect, or that of its beauty; its sympathetic aspect, or that of its loveableness. The first addresses itself to our reason and conscience; the second to our imagination; the third to our human fellow-feeling. According to the first, we approve or disapprove; according to the second, we admire or despise; according to the third, we love, pity, or dislike. The "morality" of an action depends on its foreseeable consequences; its beauty, and its loveableness, or the reverse, depend on the qualities which it is evidence of. Thus, a lie is wrong, because its effect is to mislead, and because it tends to destroy the confidence of man in man; it is also mean, because it is cowardly - because it proceeds from not daring to face the consequences of telling the truth - or at best is evidence of want of that power to compass our ends by straightforward means, which is conceived as properly belonging to every person not deficient in energy or in understanding.*

que não faça um bem ou um dano proporcional ao sentimento presente, eram uma injustiça e um preconceito. (MILL, 1969, p. 113).³⁹

Contudo essa forma de análise bentamita, que eleva a razão acima de todos os demais aspectos da condição humana, teve um papel importante sobre a legislação. Com a análise racional de Bentham foi possível aplicar os conceitos utilitaristas às leis, e como consequência disso expô-las a uma provação moral, comprovando sua eficácia através da análise utilitarista de Bentham. Desta forma, porém, se estaria moralizando as leis com base em julgamentos e análises incompletas ou irreais, tendo em vista o número infindável de possibilidades que podem ser geradas em virtude desse fato. É o que comenta Irwin:

Podemos estar inclinados a aceitar o argumento de Mill se pensarmos sobre a real influência do utilitarismo sobre a legislação - o tipo de influência pela qual Mill elogia Bentham. Se, por exemplo, aplicarmos um teste utilitarista às leis, podemos acreditar em algumas suposições morais amplamente compartilhadas sobre o que promove os interesses das pessoas, e podemos mostrar que uma determinada lei os promove ou não. Mas se nos for pedido para avaliar a utilidade de uma ação política simplesmente por suas consequências em relação ao prazer e dor, podemos ficar confusos. Como podemos saber quais serão essas consequências? E por que devemos nos guiar pelos nossos juízos hedônicos ao invés de nossos outros julgamentos morais? (IRWIN, 2009, p. 412).⁴⁰

O fato das consequências das ações muitas vezes tomarem um viés desconhecido é algo com que todos temos que conviver, afinal como é possível se avaliar e analisar uma infinidade de possibilidades e seus desencadeamentos dependendo das diferentes situações que se apresentem? Portanto o utilitarismo se preocupa com a análise das consequências que estão ao nosso alcance ou que possam vir a ser evidenciadas em situações normais. Como já foi comentado

³⁹ Tradução de: *Sentimentality consists in setting the last two of the three above the first; the error of moralists in general, and of Bentham, is to sink the two latter entirely. This is pre-eminently the case with Bentham: he both wrote and felt as if the moral standard ought not only to be paramount (which it ought), but to be alone; as if it ought to be the sole master of all our actions, and even of all our sentiments; as if either to admire or like, or despise or dislike a person for any action which neither does good nor harm, or which does not do a good or a harm proportioned to the sentiment entertained, were an injustice and a prejudice.*

⁴⁰ Tradução de: *We might be inclined to accept Mill's argument if we think of the actual influence of utilitarianism on legislation—the sort of influence for which Mill praises Bentham. If, for instance, we apply a utilitarian test to laws, we can rely on some quite widely shared moral assumptions about what promotes people's interests, and we can show that a given law does or does not promote them. But if we are asked to assess the utility of an action or policy simply by its consequences in pleasure and pain, we may be puzzled. How can we know what these consequences will be? And why we should be guided by our hedonic judgments rather than by our other moral judgments?*

anteriormente, não adianta discutir sobre ações e fatos que não estão ao nosso alcance.

Mill não estaria contente mesmo com uma base intuitiva do utilitarismo. Deve haver um primeiro princípio na moralidade, ele pensa, e não pode ser auto-evidente, pois isso implicaria em alguma faculdade moral inata que nós não temos. Mas isso não quer dizer que o utilitarismo pode ser dedutivamente provado. De acordo com o utilitarismo milliano, o único fim bom ou último é a felicidade, e finalidades finais não podem ser provadas. (CRISP, 1997, p. 70)⁴¹

Mesmo que o intuicionismo esteja presente no utilitarismo não podemos deixar de lado os princípios morais existentes na sociedade. Esses princípios morais servem como um guia para o julgamento das ações humanas, que por sua vez se são considerados corretos e bons, tendem ao caminho do prazer e conseqüentemente da felicidade. Pois o objetivo último e final de todas as ações humanas visa à felicidade como um todo.

⁴¹ Tradução de: *Mill would not be content even with an intuitively founded utilitarianism. There must be a first principle in morality, he thinks, and it cannot be self-evident, since this would imply some special innate moral faculty which we do not have. But this is not to say that utilitarianism can be deductively proven. According to Millian utilitarianism, the only good or ultimate end is happiness, and ultimate ends cannot be proved.*

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola utilitarista de John Stuart Mill apresentou inovações e uma capacidade de adaptação e aplicação prática à frente de seu tempo. Isso se deve ao fato de Mill também ter sido uma pessoa à frente de seu tempo. Ele foi capaz de identificar as brechas e falhas deixadas no utilitarismo fundado por seu mentor Bentham, e transformá-lo em uma filosofia dinâmica e contemporânea. O que pode culminar com um conceito de felicidade que pode ser considerado relativamente fácil de ser compreendido pelas pessoas se for comparado aos conceitos estabelecidos por outras escolas filosóficas.

Diferentemente das doutrinas da virtude e da excelência propostas por Aristóteles, o utilitarismo de Mill não cobra tais perfeições da conduta humana. O que ele cobra é que as consequências de nossas ações sejam colocadas à prova, de modo que a consideração daquelas é que deve nos guiar ao prazer e à felicidade. Contudo a questão do hábito está presente, mas não na formação do caráter como propõe Aristóteles, e sim em tornar certas exceções que beneficiam a maioria, mas que podem ser contraditórias com os hábitos. A mentira e a tortura são exemplos de exceções que podem ser consideradas para a felicidade do maior número de pessoas e que não podem se tornar regras no mundo comum, pois se assim fosse prejudicariam o convívio social e as regras morais do próprio utilitarismo.

Da mesma forma, o utilitarismo não cobra das pessoas uma devoção aos deveres da lei e da ordem social, o dever do utilitarismo é com a maior felicidade para o maior número de pessoas. Sendo assim, as intensões não são avaliadas como na ética kantiana, essas avaliações são realizadas em virtude das consequências das ações realizadas. Portanto o cerne moral está na ação e não na intenção do indivíduo como é proposto por Kant, posição esta última que a meu ver se torna algo irrealista, pois como podemos saber qual é a real intenção de uma pessoa? A análise de suas ações é algo muito mais visível e mais fácil de se analisar. Além disso, a questão de que é desejável que sejamos felizes para não ficarmos tentados a não nos tornar transgressores dos deveres é algo com o que não concordo.

Claro que as outras escolas filosóficas também trazem seus pontos positivos, e, portanto não devem ser descartadas. A meu ver, elas são mais complementares

do que excludentes, apesar de suas diferentes existem diversos pontos em comum, como por exemplo, a moralidade humana. Essas teorias não foram criadas isoladamente, elas foram resultado de diversos anos de evolução e estudo, Mill tomou como base alguns dos ensinamentos filosóficos dos gregos para formular suas teorias, assim como elas também serviram de base para outros filósofos formularem as suas. O importante é conseguir fazer um discernimento claro e tirar proveito do que cada uma delas tem de melhor, seja a excelência no que faz, seja no respeito às leis, ou na busca pelo prazer.

John Stuart Mill não se acomodou e tampouco se intimidou com as adversidades encontradas. Conseguiu superar doenças e problemas pessoais para defender seus ideais e principalmente as mulheres. Não seguiu fielmente seu mestre Bentham e acabou por colocar alguns de seus fundamentos à prova, como foi o caso da qualificação dos prazeres, o que deu uma nova dimensão para o utilitarismo. Foi contra seu mestre também quando não deixou a razão se a única guia para a busca do prazer e a evitação da dor, acrescentando os princípios secundários aos seus estudos sobre as consequências da ação humana.

O prazer não pode ser visto como algo isolado para a busca da felicidade, ele é complementado pelas experiências, emoções e moralidade das pessoas. Mesmo que Mill tenha feito o possível para defender e refinar o utilitarismo, seus críticos sempre estavam a espreita para questionar seus escritos, principalmente em questões relacionadas ao sacrifício para a felicidade da maioria, ou ao fato de considerarem que ele se desviou do utilitarismo e criou uma nova filosofia, entre outros pontos. Mas Mill sempre tinha uma saída para tais questionamentos e não ficou acomodado ou preso a dogmatismos como fez Bentham. Talvez os críticos estivessem presos a outros preceitos ou não compreendiam as reais intenções de Mill e sua forma de ver o mundo.

Mill atribuiu a felicidade um caráter que vai muito além da perspectiva animalesca da busca pelo prazer. Ele percebeu que o prazer pode sim levar à felicidade, desde que o ambiente ao seu redor esteja em harmonia, que as pessoas que o cercam também estejam de certa forma felizes e que a moralidade seja seguida e mantida. A felicidade não é algo determinado, a qual podemos dizer “a partir desse momento atingi a felicidade”, ela é algo que deve ser construída e alicerçada em coisas que vão além dos simples prazeres, claro que eles também

fazem parte dela, mas o que a complementa são as pessoas e seu estado de espírito.

A felicidade não é algo em que devemos ficar pensando o tempo todo, ela simplesmente acontece quando seguimos nossos princípios, gozamos de nossos prazeres e compartilhamos do convívio de outras pessoas. O indivíduo sozinho dificilmente consegue ser feliz, pois nós como seres sociáveis temos uma relação de interdependência um com o outro. A ética utilitarista não ficará nos dizendo o que fazer a todo instante, ela serve mais como um guia para que possamos analisar as consequências de situações cruciais em nossas vidas, onde eventuais dilemas morais possam estar presentes.

Não se prenda a paradigmas, leis ou regras, viva a sua vida e aproveite os prazeres que ela lhe proporciona, aproveite o convívio com as pessoas amadas, não se apegue a bens materiais. E sempre que um dilema moral surgir em sua vida pare e analise as consequências de seus atos, assim como prega o utilitarismo, diante disso você poderá saber se está ou não no caminho certo, o caminho da maior felicidade.

7 REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: M. Claret, 2004.

AUDARD, Catherine. **Utilitarismo**. In: CANTO-SPERBER, Monique. **Dicionário de ética e filosofia moral**. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

BECCARIA, Cesare. **Dos Delitos e das Penas**. In: MORES, Ridendo Castigat (Org.). Brasil: eBooksBrasil.com, 2001. [Disponível gratuitamente em: www.ebooksbrasil.com].

BENTHAM, Jeremy. **A Fragment on Government**. London: Oxford University, 1891.

BENTHAM, Jeremy; MILL, John Stuart. **Uma introdução aos princípios da moral e da legislação**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

_____. **Uma introdução aos princípios da moral e da legislação**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

_____. **Uma introdução aos princípios da moral e da legislação**. São Paulo: Nova Cultural, 1989.

BERTEN, André. **Deontologismo**. In: CANTO-SPERBER, Monique. **Dicionário de ética e filosofia moral**. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

CASTRO, Fábio de. **Pena de morte ainda vigora em 57 países**. São Paulo: O Estado de São Paulo, 2015. Disponível em: <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,pena-de-morte-ainda-vigora-em-57-paises,1621316>. Acessado em 28 de agosto de 2017.

CORTINA, Adela. **Por una ética del consumo**. Madrid: Taurus, 2002.

CRISP, Roger. **Routledge philosophy guidebook to Mill on utilitarianism**. London and New York: Routledge, 1997.

DATA POPULAR. **Pesquisa mostra que 94% dos moradores de favela são felizes**. Rio de Janeiro: Portal de Notícias Globo, 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2014/02/pesquisa-mostra-que-94-dos-moradores-de-favela-sao-felizes.html>. Acessado em 17 de abril de 2018.

GALVÃO, Pedro. **A Teoria do Valor: Hedonismo**. In: MILL, John Stuart. **Utilitarismo**. Porto: Porto Editora, 2005.

_____. **O Utilitarismo e John Stuart Mill.** In: MILL, John Stuart. **Utilitarismo.** Porto: Porto Editora, 2005.

GIANNOTTI, José Arthur. **Stuart Mill: Vida e Obra.** In: BENTHAM, Jeremy; MILL, John Stuart. **Uma introdução aos princípios da moral e da legislação.** São Paulo: Nova Cultural, 1989.

HARRISON, Ross. **Jeremy Bentham.** In: CANTO-SPERBER, Monique. **Dicionário de ética e filosofia moral.** São Leopoldo: Unisinos, 2003.

IRWIN, Terrence. ***The Development of Ethics. A Historical and Critical Study. Volume III: From Kant to Rawls.*** New York: Oxford University Press Inc., 2009.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes.** Lisboa: Edições 70, 2009, BA12 – BA13.

MILL, John Stuart. ***Essays on Ethics, Religion and Society. Vol. 10.*** Toronto: Universidade de Toronto, 1969.

_____. **A Liberdade; Utilitarismo.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **Utilitarismo.** Porto: Porto Editora, 2005.

_____. **Ensaio Sobre a Liberdade.** São Paulo: Escala, 2006.

_____. **Utilitarismo: texto integral.** São Paulo: Escala, 2007.

MULGAN, Tim. **Utilitarismo.** Petrópolis: Vozes, 2012.

NAHRA, Cinara. **Consequencialismo.** In: TORRES, João Carlos Brum (Org.). **Manual de ética: questões de ética teórica e aplicada.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

NEIVA, Rita de Cássia Gondim. **Vida e Obras do Autor.** In: MILL, John Stuart. **Utilitarismo: texto integral.** São Paulo: Escala, 2007.

PERROT, Michelle. **O inspetor Bentham.** In: BENTHAM, Jeremy; TADEU, Tomaz. **O panóptico.** 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PESSANHA, José A. M.. **Jeremy Bentham: Vida e Obra.** In: BENTHAM, Jeremy; MILL, John Stuart. **Uma introdução aos princípios da moral e da legislação.** São Paulo: Nova Cultural, 1989.

SEN, Amartya; WILLIAMS, Bernard (Ed.). ***Utilitarianism and beyond.*** Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

SIDGWICK, Henry. **Os Métodos da Ética**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

SILVEIRA, Denis Coitinho. **Uma Crítica ao Utilitarismo: O Problema do Fundacionalismo e do Princípio do Sacrifício**. In: PIZZI, Jovino; GHIGGI, Gomercindo (Org.). **Pensamento-crítico III: utilitarismo e responsabilidade**. Pelotas, RS: UFPel, 2011.

TORRES, João Carlos Brum. **Sobre o Utilitarismo como teoria filosófica da moralidade**. Revista UCS, Ano 1, Número 6, 2013. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/revista-ucs/revista-ucs-6a-edicao/academia/>. Acessado em 10 de setembro de 2017.

WOLF, Jean-Claude. **Hedonismo**. In: CANTO-SPERBER, Monique. **Dicionário de ética e filosofia moral**. São Leopoldo: Unisinos, 2003.